



# ESTADO DE RONDÔNIA

# DIÁRIO

# OFICIAL

DA

# ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Nº 85

PORTO VELHO-RO, SEXTA-FEIRA, 6 DE JULHO DE 2007

ANO XXV

## SUMÁRIO

**6ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 1ª SL**  
**ATOS DIVERSOS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**6ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO**  
**LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA.**  
**Em 26 de junho de 2007.**

**Presidência dos Srs.**  
**Neodi Carlos – Presidente**  
**Dr. Alexandre – Deputado**

**"PARA DISCUTIR SOBRE A SEGURANÇA NO ESTADO**  
**DE RONDÔNIA".**

**(Às 9 horas e 36 minutos é aberta a sessão).**

**COMPARECEM OS SENHORES:** Wilber Coimbra (PSB), Jesualdo Pires (PSB), Neodi Carlos (PSDC), Amauri dos Santos (PMDB), Ezequiel Neiva (PPS), Jair Mioto (PPS), Miguel Sena (PV), Kaká Mendonça (PTB), Neri Firigolo (PT) e Doutor Alexandre (PTC).

**O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônia)** – Senhoras e Senhores, bom dia. A Assembléia Legislativa realiza, nesta data, Audiência Pública com a finalidade de discutir a Segurança no Estado de Rondônia.

Para presidir esta Audiência Pública, convido o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Neodi Carlos - Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, o Excelentíssimo Senhor Deputado Dr. Alexandre Brito - proponente da Audiência Pública, Excelentíssimo Senhor Tenente Coronel PM Evilásio Silva Sena Júnior - Secretário de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania, Senhora Coronel PM Angelina dos Santos Correia Ramires - Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Rondônia, Senhor Coronel BM Ronaldo Nunes Pereira - Comandante Geral do Corpo de Bombeiros do Estado de Rondônia, Senhor Delegado Morio Ikegawa - Diretor Geral da Polícia Civil do Estado de Rondônia, Excelentíssimo Senhor Juiz Daniel Lagos - Diretor do Fórum Criminal de Porto Velho.

**O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos)** – Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública a fim de discutir a Segurança Pública do Estado de Rondônia.

Solicito ao senhor Mestre de Cerimônia que registre a presença das autoridades presentes.

**O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônia)** – Registramos a presenças dos Excelentíssimos Senhores Deputados Estaduais Wilber Coimbra e Jair Mioto, Excelentíssimo Senhor Dr. César Pizzano - Secretário Executivo de Segurança, Defesa e Cidadania, Coronel PM Adilberto Maciel - sub-Comandante Geral da Polícia Militar, Coronel PM Aymar Achile - Corregedor Geral da Polícia Militar, Coronel BM Vladimir Wottrich - sub-Comandante do Corpo de Bombeiros em Rondônia, Coronel Paulo César Fontes - Consultor de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Tenente-Coronel PM Renato Luiz Divosky - Comandante do 1º Batalhão de Polícia Militar, Tenente Coronel PM Roberto Machado - Comandante do 5º Batalhão de Polícia Militar, Major PM Eneidy Dias de Araújo - Diretor do Departamento de Polícia Legislativa, Capitão Edílson Crispim Dias - Chefe de Proteção e Policiamento da Assembléia Legislativa, Capitão Pedro Silva, Sub-Comandante do Batalhão

de Polícia Ambiental, Capitão Júlio Figueiroa, da Polícia Militar do Estado de Rondônia - Centro de Informática, Dra. Vanda Arruda - Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB e Dr. João Dimas - Diretor do Instituto Médico Legal.

Feita a leitura e registrada as presenças, senhor Presidente.

**:O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos)** – Neste momento passo a palavra e a presidência dos trabalhos ao Deputado Doutor Alexandre, autor do Requerimento que originou esta Audiência Pública.

**(Às 9 horas e 39 minutos o Senhor Neodi Carlos passa a presidência ao Senhor Dr. Alexandre).**

**O SR. PRESIDENTE (Doutor Alexandre)** – Bom dia a todos! Dando seqüência aos trabalhos desta Mesa, cumprimento as autoridades aqui presente, agradecer a participação de todos, Deputado Neodi Carlos, Presidente da Assembléia Legislativa, ao qual tenho a honra de estar ao seu lado nos trabalhos desta Casa. Excelentíssimo Senhor Evilásio Silva Sena Júnior - Secretário de Estado de Segurança, Defesa e Cidadania. Excelentíssima Senhora Coronel PM Angelina dos Santos - Comandante da Polícia Militar. Excelentíssimo Senhor Coronel Bombeiro Ronaldo Nunes Pereira - Comandante Geral do Corpo de Bombeiros do Estado de Rondônia. Senhor Morio Ikegawa - Diretor Geral da Polícia Civil, Excelentíssimo Senhor Juiz Daniel Lagos - Diretor do Fórum Criminal de Porto Velho, demais autoridades, demais participantes desta Audiência Pública.

Senhores, primeiro eu quero lamentar a ausência de alguns possíveis participantes deste fórum, o que parece mostrar que, não sei se algumas pessoas não estão tão preocupadas com a Segurança Pública do nosso Estado, é uma pena não terem representantes da Prefeitura, parece Porto Velho está muito bem de segurança, não é? Também lamento a ausência de alguns colegas Deputados, porque, quando do início de nossa propositura para a audiência pública, foi na época, mais ou menos, que acontecia aquele caso daquele menino João Hélio, no Rio de Janeiro, onde nós víamos que o Brasil parou por conta daquele assassinato brutal. Manifestações ocorreram por todas as partes, mas logo depois veio o carnaval e tudo ficou como se nada tivesse acontecido. É muito comum nós vermos na hora da tensão, na hora do problema, na hora da dor a mobilização, mas logo depois parece que algumas pessoas se esquecem e vão seguindo a sua vida.

Então, lamento realmente, a ausência de alguns membros que poderiam enriquecer mais a discussão. O objetivo maior desta Audiência Pública, não é apenas ficar levantando dados, não, senhores. Peço, inclusive, aos expositores que além de levantar os problemas, eu sei que vamos levantar aqui os números do Estado, os dados do Estado, os investimentos que estão sendo feitos. Mas o mais importante é que a gente, além de levantar as deficiências que nós temos, que daqui consigamos trazer soluções, que desse embrião gerado a partir de hoje, desta Audiência Pública se forme mais com isso.

Eu gostaria que daqui, ao fim da reunião, nós traçássemos algumas metas como um fórum permanente, no mínimo semestral, para discutirmos sobre Segurança Pública. Por vezes, muitos de nós temos idéias na cabeça, temos soluções, e muitas vezes não conseguimos nos reunir para colocar essas soluções em prática. Eu não vou me alongar muito, não, para ouvirmos quem mais entende do assunto, a nossa Mesa, os nossos expositores e, ao final das exposições a podemos abrir. Vamos dar início então às exposições.

Eu convido o Excelentíssimo Senhor PM Evilásio Silva Sena Júnior, Secretário de Estado da Segurança.

**O SR. EVILÁSIO SILVA SENA JÚNIOR** – Primeiramente gostaria de cumprimentar o Presidente desta Casa, Deputado Neodi, o Deputado Doutor Alexandre Brito que é o requerente desta Audiência Pública, bem como todos os Deputados aqui presentes, autoridades, policiais, ao povo em geral.

Infelizmente, nós também queríamos que isso aqui fosse um fórum para debatermos também e mostrar, discorrer sobre a Segurança Pública em nosso Estado a Segurança Pública aqui em Porto Velho, mas nós tentaremos aqui, nesse curto prazo que nos foi dado, fazer uma exposição de motivos para que nós possamos demonstrar, de modo efetivo, as melhorias feitas na área de Segurança Pública em todo Estado de Rondônia. Contamos aqui com a presença de todo o nosso staff: Comandante Geral da Polícia Militar, Coronel Angelina; Comandante do Corpo de Bombeiro, Coronel Nunes; Dr. Morio Ikegawa, nosso Diretor Geral da Polícia Civil; Dr. César Pizzano, meu Adjunto na Secretaria; Coronel Maciel, nosso sub-Comandante; bem como os comandantes de batalhões, alguns comandantes de batalhões e unidades aqui destacadas; Coronel BM Vladimir Wottrich, sub-Comandante do Corpo de Bombeiros.

Nós Sabemos que o problema da Segurança Pública é grave em todo Brasil, ela advém de vários problemas sociais, econômicos de uma forma geral, mas, acima de tudo, queremos

#### SECRETARIA LEGISLATIVA

*Secretaria Legislativa - Adair Marsola*  
*Divisão de Publicações e Anais - Domingos Sávio*  
*Divisão de Taquigrafia - Elizete Oliveira Costa*

O DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA FOI CRIADO PELA RESOLUÇÃO Nº 05/83, ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

**Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia**  
**Palácio Teotônio Vilela**  
Rua Major Amarante, 390  
Arigolândia  
CEP 78.900-901 Porto Velho-RO

#### MESA DIRETORA

**Neodi Carlos** - Presidente  
**Alex Testoni** - 1º Vice-Presidente  
**Miguel Sena** - 2º Vice-Presidente  
**Jesuvaldo Pires** - 1º Secretário  
**Chico Paraíba** - 2º Secretário  
**Ezequiel Neiva** - 3º Secretário  
**Maurinho** - 4º Secretário

**Controle geral de processamento:** Domingos Sávio.  
**Controle de fluxo de documentos:** Célia Aguiar  
**Correção Gramatical, Ortográfica e Redacional:** Matias Mendes, Iris de Oliveira e Fátima Araújo.  
**Indexação e Processamento de textos:** Sandra Almeida, Mariléia Azevedo, Juliana Antonia, Pedro Rocha e Fátima Albuquerque.  
**Revisão de textos:** Maria do Socorro.  
**Revisão técnica final das sessões:** Maria do Carmo e Edmilcia Fátima Martins.  
**Controle Digital e Diagramação:** Ana Cristina Favacho e Robison Luz da Silva.  
**Distribuição e org. Anais:** Terezinha Dias .

destacar aqui o empenho e a dedicação de nossos policiais no dia-a-dia, no embate à criminalidade em todo o Estado de Rondônia. Os números que vão ser apresentados demonstram isso. A violência como um todo vem baixando, vem caindo, principalmente, os senhores vão notar que a partir do momento em que o Estado fez um aporte maior, principalmente em equipamentos e pessoal, a tendência dessa criminalidade é cair. Tivemos alguns picos, algum aumento em algumas áreas, mas simplesmente pelo aumento da demanda de serviços prestados à comunidade, haviam, em vários setores, uma demanda reprimida no atendimento ao cidadão e à comunidade. A partir deste momento, que colocamos mais policiais nas ruas, mais viaturas, fortalecemos nossa integração entre as polícias civis e militares, colocamos também nossos serviços de inteligência mais atuantes, estamos fazendo, como os números vão demonstrar, mais prisões, mais operações, isso, em todo o Estado de Rondônia. Algumas operações são de conhecimento dos senhores, vamos discorrer aqui, durante esse debate, de forma sincera, de forma franca, de modo que possamos alavancar, cada vez mais, as políticas de prevenção de Segurança Pública em todo o Estado de Rondônia. Estamos vindo aqui de alma aberta, não vamos tentar esconder, maquiagem nenhum número, nenhuma situação. Como eu falei, sabemos que no setor de Segurança tem que fazer um trabalho mais árduo, um trabalho mais específico. Mas estamos fazendo principalmente com a melhoria, como já falei, de nossas condições de trabalho. E, principalmente, contamos, vou ressaltar mais uma vez, com a dedicação de nossos policiais em todo o Estado de Rondônia. Quero deixar aberta a palavra e dar início por parte da Secretaria de Segurança de algumas explicações que são indispensáveis para que possamos discorrer o tema de Segurança Pública. E quero por à disposição agora, tanto ao Comandante da Polícia, Comandante do Corpo de Bombeiro e da Polícia Civil para que possamos, de forma rápida, não é aqui fazer um discurso político, até por que não sou talhado para discursos, sou um técnico da segurança pública, tanto como policial militar e agora como Secretário de Segurança. Queremos fazer dessa forma mais profícua que possamos realmente, fazer uma dicotomia de tudo que é a segurança pública de Rondônia. E todas as nossas preocupações, com certeza, são as preocupações de toda a comunidade do Estado de Rondônia. Deixo, volto à palavra ao deputado Alexandre Brito, que ora preside esta Audiência, para que possamos realmente, começar a fazer a nossa exposição de motivos na presente Audiência.

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre)** - Convido a

Senhora Coronel PM Angelina dos Santos Ramires - Comandante Geral da Polícia Militar para dar seqüência na exposição. Registro a presença dos nobres colegas deputados Miguel Sena, Neri Firigolo, Amauri, Wilber Coimbra e Jair Miotto.

**A SRA. ANGELINA DOS SANTOS RAMIRES** –

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Neodi Carlos, Excelentíssimo Senhor Deputado Alexandre Brito, Excelentíssimo Senhor Representante do Poder Judiciário, Dr. Daniel Lago, Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública, Ilustríssimo Senhor Comandante Geral do Corpo de Bombeiros, Ilustríssimo Senhor Diretor Geral da

Polícia Civil, Dr. Morio Ikegawa. Gostaria também de cumprimentar a todos os Deputados aqui presentes, em especial meus cumprimentos ao Deputado Wilber, policial militar da reserva remunerada e que temos muita satisfação de vê-lo aqui nesta Casa de Leis, defendendo os interesses da sociedade rondoniense. Gostaria de cumprimentar as demais autoridades aqui presentes, tanto civis quanto militares.

Gostaria, inicialmente, de parabenizar a iniciativa do Dr. Alexandre Brito por ter feito essa propositura, de um assunto tão em voga hoje que está sendo discutido no País todo, e Rondônia também precisa ter a consciência de que esse assunto deve ser também discutido em audiência pública, que eu acho que é o melhor meio. Eu gostaria também de parabenizar os demais Deputados pela aprovação desta pauta. Bom, inicialmente nós temos que, para entender a Segurança Pública, temos que analisar este contexto. Eu vou tentar ser bem breve. Aqui nós temos o sistema estadual de segurança pública, mas nós temos aqui os demais atores que também, com suas atuações, influenciam direta ou indiretamente nos índices de criminalidade e violência. Nós temos o Ministério Público com o oferecimento das denúncias, o Poder Judiciário com o julgamento e a execução da pena, o DETRAN com o trânsito mais seguro, a SIAPEN com a ressocialização de presos e a FAZER com a proteção ao menor, à criança e ao adolescente, em risco e a ressocialização ao menor, à criança e ao adolescente que cometem ato infracional. Nós temos ainda a União com a sua responsabilidade pelo policiamento de fronteira, também pela elaboração de leis, também pelo combate ao narcotráfico e a contrabandos e pelo financiamento dos projetos de fronteira, principalmente. Os municípios, pela conservação das vias públicas, pela iluminação, pela limpeza, enfim, pelo seu papel também, que é importante em termos de segurança. E a sociedade, de um modo geral, pelas ações preventivas e também pela sua autodisciplina e pela sua responsabilidade com seus integrantes. Temos ainda as políticas públicas, tanto na esfera da União quanto dos Estados, quanto dos municípios referente a uma boa educação, a uma boa qualidade de vida e também uma atenção especial aos órgãos de segurança pública. Eu gostaria, inicialmente, de projetar alguns dados estatísticos porque desde que assumi o Comando a nossa principal ferramenta de trabalho realmente, foram os números, análise dos números. Esses dados aqui são da SENASP, são dados da SENASP fechados até 2005 e da Polícia Civil. Em 2006, ainda a SENASP não tem de todo o País para nós compararmos. Nós vamos projetar os principais crimes que afligem a população no Estado de Rondônia, para mostrar os índices de criminalidade. Nós temos uma comparação entre Brasil e região Norte, Rondônia e Porto Velho. Aqui, temos homicídio doloso, como os senhores podem ver, os índices de criminalidade e violência em Rondônia sempre foram elevados. Nós pegamos um parâmetro de 2001. Essa tabela é o número de ocorrências por grupos de 100 mil habitantes. Esse é o parâmetro nacional. Nós trabalhamos assim. Número de ocorrência por 100 mil habitantes. Então, como os senhores podem ver, homicídios dolosos nós temos ali de 2001 à 2005 não houve uma variação muito grande, mas há uma pequena tendência ao crescimento tanto na região Norte, quanto no País, a nacional, a média nacional.

Nós temos em 2001, o nosso índice era elevadíssimo. Ele caiu bastante em 2003 e aqui, em 2004, nós tivemos um

evento importante aqui, dois eventos que fizeram aumentar esses índices que foi o caso da reserva Roosevelt, com a morte de 26 garimpeiros e também a rebelião do Urso Branco, com várias mortes naquele ano, no mês de abril de 2004. Em 2005 nós conseguimos diminuir. Em 2006 aumentou um pouquinho, mas não ficou tão elevado quanto em 2004. Mas como os senhores podem ver sempre foram elevados os índices de criminalidade e violência no Estado. A tentativa de homicídio, aqui da mesma forma. Nós temos a média do Brasil e a região que está menor e o Estado de Rondônia fica um pouquinho abaixo. Mas Porto Velho, como os senhores podem ver, sempre se destaca numa curva ascendente no crime de homicídios. Lesão corporal também é uma média alta, mas desde 2001 também é elevada, conseguimos diminuir em 2004. Em 2005 e 2006 segue quase que a mesma tendência. O roubo consumado que é a nossa grande preocupação, que a Polícia Militar tem lutado incessantemente no sentido de prevenir esses crimes, nós temos aqui em 2001, esse aqui cresceu muito, 2003 deu uma leve, teve uma tendência a abaixar, 2004, 2005 teve um pico aqui, ele ficou destoando totalmente da média nacional, da média de Rondônia. Enfim, de tudo, Porto Velho então, a questão do roubo, consumado. Porto Velho é algo muito elevado, enquanto que o Estado de Rondônia mantém a média nacional e regional. Vamos comparar esse slide com furto. O senhores podem ver aqui que em 2005 deu um pico aqui no roubo. Em 2005, ainda no furto, que muda aqui é o a: 'modus operandi', lá tem violência, aqui não, houve uma diminuição do furto e o aumento do roubo. Então esses dados nos preocupam sobremaneira. E aqui é que a Polícia Militar foi à exaustão para conseguir modificar esse quadro depois, no ano de 2006. Essa inversão menos furto e mais roubo, era realmente algo preocupante e que isso aqui, assim dizer, tirou o nosso sono. Tem também o estupro que era muito alto em 2001, isso aqui era assustador, diminuiu em 2002 e hoje a tendência é baixar e já ficou na média nacional. Atentado, violento ao pudor, também Porto Velho ainda se destaca, enquanto Rondônia quase acompanha a média nacional e regional. Ali nós passamos os principais crimes, mostrando sempre que Porto Velho está se destacando nos crimes contra pessoa e contra o patrimônio. Aqui eu gostaria de mostrar a evolução do efetivo da Polícia Militar, rapidamente. Em 1991 nós tínhamos o efetivo de 4.056 policiais militares. Em 2006, até 30 de novembro de 2006, nós tínhamos 3.686. Então, de 1991 a 2006, aqui nós tínhamos um efetivo menor do que tínhamos em 91, e houve uma inclusão de 836, mas houveram várias saídas também o que nós ficamos, esse período todo aqui, com o efetivo bastante defasado e nesse período também aumentaram os números de municípios, as cidades cresceram, a população aumentou e a demanda por segurança também aumentou consideravelmente, não só no Estado de Rondônia, mas em todo País. Nós tivemos que, enfrentando também, desde 2003 até agora, muitas crises no Estado que, forçosamente, tirou o nosso efetivo da atividade preventiva para fazer frente a essas crises aqui no Estado de Rondônia.

Uma grande crise que nós tivemos foi na Reserva Roosevelt, mobilizamos o efetivo, retirando da atividade preventiva. Outra, foi o sistema prisional, que só este ano nós tivemos paz nos presídios, porque houve inúmeras rebeliões

com a permanência efetiva de policiais militares nos presídios durante muito tempo.

Tivemos também a crise de Buritis, hoje já bem mais calma. Mas, ainda nós continuamos com uma atenção especial a essa área. A crise política de 2005 que mobilizou o efetivo também. Os conflitos agrários que são em todo o Estado, mais para frente vamos mostrar outros números. União Bandeirantes que houve mortes, lesões corporais, enfim, vários crimes contra a vida. E também tivemos, na área ambiental, as inúmeras invasões às unidades de conservação e também invasões às áreas protegidas, ou seja, às terras indígenas. Reintegração de posse, só pegar um exemplo de uma operação, de 95 até 2003, até agosto de 2003, tinham sido feitas 11 operações de reintegração de posse. Somente no final de 2003, em quatro meses, fizemos três, e depois aqui, até 2006, fizemos mais de 150 operações. Nós modificamos as orientações para essas operações porque elas estão extremamente perigosas e de forma que essas operações vêm sendo feitas com muita segurança e nós nos tornamos referencial em nível nacional, nesse tipo de atividade policial.

Hoje nós temos aqui, em andamento, 82 operações de reintegração de posse. É um número muito elevado. Aqui, algumas têm pendências judiciais outras têm pendência por parte do autor, enfim, outras estão ainda na fase do planejamento, mas ainda temos um longo trabalho aqui pela frente. Nós temos aqui, em 2003, o plano, nós tivemos que fazer frente à violência com escassez muito grande de meios, então nós realizamos aqui, o plano de policiamento de Porto Velho. Trabalhamos incessantemente com o planejamento e ao mesmo tempo o plano de polícia comunitária, policiamento comunitário que seria em relação à mudança do comportamento do policial para fazer uma atividade mais preventiva, chamando a comunidade à participação, de forma que pudesse se adiantar para não ocorrer o crime.

Todas as nossas atividades na área operacional foram feitas através de planejamento com foco e também visando resultado finalístico. Nessas medidas nós fizemos aqui o plano de policiamento da cidade que consiste, isso aqui é essência do plano, apenas a essência, que consiste em fracionar a cidade em setor de policiamento, totalizando aqui dezesseis setores de policiamento, cada setor de policiamento tem um conjunto de bairros, com o levantamento estatístico, população e o tamanho da área, enfim, outros dados importantes para que nós pudéssemos realizar o policiamento. E o mais importante é que cada setor deste tem a previsão de se colocar a viatura, o efetivo enfim, cada comandante de setor, que seria um oficial, teria a missão de controlar o crime nos seus respectivos setores, assim a gente poderia fazer um controle melhor. E nós estamos implantando gradativamente ainda, esse sistema de policiamento aqui na Capital, mas foi o que nos ajudou a superar a crise, a suportar a crise diante de uma escassez tão grande de recursos, principalmente de efetivo.

Sobre o policiamento comunitário nós colhemos os primeiros frutos aqui, em 2006, a Polícia Militar do Estado de Rondônia ganhou o Prêmio SENASP Motorola, a nível nacional, que foi de um trabalho realizado em Cacoal, as pessoas aqui de Cacoal devem conhecer o Bairro Teixeira, lá havia a chamada "Praça do Pó", onde as pessoas consumiam drogas e hoje é uma praça de lazer, é uma praça onde as famílias se encontram e reduziu sensivelmente também os índices de

criminalidade e violência em todo aquele conjunto de bairros. Trabalhamos também, para fazer frente a uma corporação mais moderna, nossas ações bem direcionadas, nós trabalhamos com o programa de comando, aqui em 2005 trabalhamos incessantemente. Todas as nossas ações foram alinhadas ao Plano Nacional de Segurança Pública, Plano Estadual de Segurança Pública que são as nossas linhas mestras. Nós elaboramos as propostas institucionais, levantamos os problemas da Instituição, de forma que nós tínhamos muitas necessidades internas e com o foco principal aqui para a área operacional.

No Programa de Comando nós trabalhamos nove programas com seus respectivos projetos. Desse programa aqui, os que nós já enfatizamos, esse aqui já está concluído, o da Reestruturação Organizacional, os demais, Planejamentos de Ações e Preventivos, são ligados diretamente à execução do policiamento.

Em 2005, a Secretaria de Segurança Pública fez um trabalho no sentido de integrar as polícias e viabilizou a implantação da UNISP de Extrema, de Vilhena, São Francisco, Ministro Andrezza, Buritis. Destacamento, a Polícia Militar destacou aqui para Santana do Guaporé, União Bandeirantes, hoje o problema lá já foi, pelo menos, saneado e um grupo de Polícia Ambiental em Ji-Paraná.

Em 2006, em 2005 os senhores viram que teve aquele pico nos crimes de roubo, crimes contra o patrimônio e nos preocupou sobremaneira. Nós já tínhamos tirado o efetivo de atividade meio, já tínhamos feito tudo que era possível, mas em 2006 o Tenente Coronel Sena assumiu a Secretaria de Segurança Pública e nos deu um apoio muito grande no sentido de liberar as despesas para locar efetivo do interior do Estado para a Capital. Foi quando nós tivemos condições de fazer frente às demandas existentes na Capital. Então nós empregamos o efetivo do interior aqui na capital por muito tempo, até chegar o efetivo novo.

Em 2006, foi criado, também, a UNISP na Rua Amazonas com Guaporé, a nossa Coordenadoria Regional de Policiamento empregou pontualmente o efetivo, ou seja, através de dados efetivos e de informações da comunidade e também do Centro de Inteligência, de forma que todo policiamento era direcionado onde tinha mais crime. Então nós trabalhamos muito com números, com dados, justamente porque não tínhamos como fazer uma cobertura total por falta de efetivo na época, ainda. E realizamos inúmeras operações conjuntas com a Polícia Civil, comandos de abordagem a pessoas e veículos e fechamos a administração da Polícia Militar. Nós temos, até hoje nós estamos pagando um preço alto por ter fechado a administração, porque, na época anterior, nós reduzimos, mas no ano de 2006 realmente fechamos. Então todo o trabalho da administração ficou prejudicado para que pudéssemos atender prioritariamente à comunidade.

Enfim, isso aqui deu um resultado, porque, como os senhores viram lá nas primeiras lâminas, que em 2003 nós fechamos as estatísticas, os crimes de surtos diminuídos. Claro que não é o índice ideal, mas nós conseguimos diminuir. E no final do primeiro semestre de 2006, nós recebemos as viaturas, foi uma compra muito grande de viaturas, quase 230 viaturas aqui, entre motos e veículos, viaturas traçadas, foi quando a Polícia ficou com a frota renovada. E nós também tivemos, no final do ano, a formação dos novos alunos que foram 1187. Aí

a Polícia oxigenou bastante e nós tivemos a oportunidade de redirecionar esse efetivo para a nossa atividade de policiamento extensivo, com caráter preventivo.

Para demonstrar rapidamente, que, apesar de toda a escassez de efetivo, a Polícia Militar trabalhou duro, os policiais não tiveram folgas e nós realmente trabalhamos muito. No ano de 2000, nós registramos 34.937 ocorrências, já no ano de 2005 61.019 ocorrências. Em 2006, vejam os senhores, 111.755. Então foi um árduo trabalho, e prendemos muita gente nesses anos aqui, 2004, 2005 e 2006. As principais operações realizadas, aqui estão elencadas às principais operações realizadas: em 2005 foram 3.488, em 2006 a Polícia Militar realizou 6.518 operações. Isso também foi um esforço muito grande porque essas operações exigem efetivo considerável, planejamento e muitas vezes muita despesa.

Nós também incentivamos o trabalho do PROERD que é preparar as gerações futuras. É uma forma da Polícia Militar contribuir, temos a parceria com a SEDUC, temos parceria também com os municípios, alguns municípios, de forma que esse projeto aqui, nós pretendemos expandir para todas as escolas do Estado de Rondônia. Em rápidas pinceladas, eu gostaria de mostrar a nossa estrutura organizacional, para fins de policiamento nós temos três grandes regiões, a primeira: o município de Porto Velho, Guajará Mirim, Nova Mamoré indo até Candeias do Jamari, que tem o 1º, o 5º e o 6º Batalhões que atuam nesta área. A Coordenadoria Regional 2, que é na parte central do Estado, o 2º Batalhão, 7º e a 1ª Companhia Independente de Policiamento que está sediada em Jarú, 2º Batalhão em Ji-Paraná e o 7º em Ariquemes. A Coordenadoria Regional de Policiamento 3, que fica com o cone sul, ali na zona da mata o 4º Batalhão e o 3º Batalhão em Vilhena. E nessa estrutura organizacional o que nós fizemos? Nós demos uma nova dimensão aos órgãos operacionais da Corporação, de forma que o comandante, lá no local, tenha mais poder de decisão, ele tenha mais autonomia para que tudo seja solucionado no mais curto prazo possível e para que haja um melhor atendimento à comunidade.

Então, nós fizemos uma mudança, tiramos, pegamos o efetivo da atividade meio, redimensionamos, praticamente todo, para a atividade fim, de forma que a nossa estrutura operacional ficou super enxuta, realmente de ponta de linha, ou seja, apenas operacional, com o mínimo possível para o funcionamento da administração, principalmente para levantar dados estatísticos.

A nossa proposta para 2007 e 2008 é a criação da Companhia de São Miguel do Guaporé, que é uma área crítica na BR 429, que tem uma ligação importante, indo ligar até Costa Marques que é a fronteira. A Companhia de Nova Mamoré, que tem o presídio, nós precisamos melhorar o policiamento naquela área e dar uma maior atenção também para o presídio. Um grupo de polícia em Nova Dimensão e Colina Verde, que são localidades que cresceram muito nos últimos tempos. E estamos trabalhando também com patrulhamento, um planejamento de patrulhamento rural, ou seja, aquela área de Buritis, Projeto Rio Branco, Jacinópolis, Jacilândia, que têm altos. Em Machadinho também, que é outro ponto, aqui em Porto Velho, que é Cujubim, Ramal Cujubim Grande, Joana D'arc, todos esses pontos não compensam instalar postos de Polícia Militar porque gasta um efetivo muito grande, não tem uma efetividade nos trabalhos. Então, nós

estamos estudando no sentido de implantar patrulhamento rural que é muito mais eficiente e é muito mais econômico em termos de aplicação de recursos humanos.

E também a Polícia Ambiental, que ao longo desse tempo foi toda desativada e nós temos um problema sério no Estado e precisamos nos articular novamente, já trabalhamos no plano de articulação e desdobramento da Polícia Militar e há uma previsão de nós ativarmos mais dez grupos de Polícia Ambiental em vários pontos do Estado. Esse aqui vai depender ainda da compra das viaturas porque a Polícia Ambiental precisa realmente de viaturas especiais. E o aumento do efetivo operacional, agora com a formação dos novos policiais militares, para que nós possamos implementar aquele plano de policiamento que é modelo padrão para todas as cidades do Estado de Rondônia, de forma a fazer a cobertura de todos aqueles setores, para quando alguém precisar de alguma viatura ele tenha uma viatura o mais próxima possível dele.

Então esse aumento de efetivo operacional, aqui ressalto que toda essa turma nova que está sendo formada são proibidos, tem documento normativo do Comando que não pode aplicar ninguém na atividade administrativa, essencialmente operacional.

E o policiamento de trânsito, todos sabem que há uma violência muito grande no trânsito, tanto em Porto Velho como em todo o Estado, a nossa estatística é altíssima em termos de trânsito. Então, daremos, também, uma atenção especial logo após a formação desses novos alunos que será em 30 de novembro deste ano.

E assim eu finalizo aqui a minha exposição, tentei ser sucinta, mas não sei se fui e me coloco à disposição para as perguntas. Mas antes eu gostaria de deixar um pensamento do então Governo Fernando Henrique Cardoso, que a Polícia Militar se enquadra muito bem nesse pensamento de que, nós sabemos que o cidadão tem direito à segurança e nós temos o dever e a responsabilidade de fazer segurança, mas desde que seja algo sem pirotecnia, seja algo sustentável. Aquela coisa de encher as ruas de policiamento, ou fazer operação só para dizer que está fazendo policiamento, esse não é o nosso caso. Nós trabalhamos com o planejamento e temos que atacar, realmente, as questões pontuais e aproveitar, da melhor maneira possível, os recursos que nós temos. E assim o nosso trabalho então é planejamento, implantação, avaliação e implantação de melhorias, esse é o ciclo. E à medida que a Polícia Militar está sendo reestruturada e recebendo meios, nós vamos aperfeiçoando o nosso processo de prestação de serviços a toda comunidade. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre)** – Agradeço à senhora Angelina pela sua explanação.

Convidar o Senhor Coronel Bombeiro Ronaldo Nunes, para que faça uso da palavra.

**O SR. RONALDO NUNES PEREIRA** – Excelentíssimo Senhor Deputado Neodi Carlos, peço permissão para, em seu nome, cumprimentar toda a Mesa. Excelentíssimo Senhor Deputado Wilber Coimbra, Excelentíssimo Senhor Deputado Miguel Sena, Excelentíssimo Senhor Deputado Ezequiel Neiva, peço permissão também, em nome dos senhores, cumprimentar todas as autoridades aqui presentes. Meus senhores, minhas senhoras.

Bom pessoal, a nossa principal missão aqui, é mostrar o bombeiro antes do Governo Ivo Cassol e agora com a gestão do Governo Cassol, a transformação que houve no Corpo de Bombeiros nestes quatro anos e meio. Para isso, nós iremos seguir o seguinte sumário: faremos um breve histórico do que era o bombeiro do passado, a nossa situação atual, as principais localidades que temos o Corpo de Bombeiros, no Estado de Rondônia e, como se encontra o nosso efetivo, hoje, e como éramos ontem. As aquisições e investimentos que ocorreram ao longo destes quatro anos e meio, as principais ocorrências. Nisso eu faço um breve relato, a capacitação de recursos, como nós estamos adquirindo e qual a destinação destes recursos. O nosso pensamento: trabalhamos sempre para o futuro, então esperamos que o bombeiro do futuro, e nós ainda, consigamos usufruir. E, uma conclusão, como também um pensamento. Aqui se encontra o nosso bombeiro antes do Governo Cassol. Toda a nossa frota está aqui em frente ao Primeiro GB, onde funcionava tanto a parte operacional quanto a parte administrativa. O nosso efetivo, aqui, no desfile, e este é o prédio do Comando Geral que teria sido cedido, mas nós não tínhamos como ocupá-lo, era, se tratava também de um mercado, tínhamos este slogan: "O Bombeiro do Mercado", o Mercado Marechal Rondon, o Mercado Olaria. Essa era a nossa ambulância, uma Toyota improvisada para que pudéssemos fazer os serviços e os trabalhos de pronto-socorrimento. Os principais municípios, cobrimos dez municípios do Estado, são os principais, quando da separação, foi inaugurado Jarú, Ouro Preto e Cacoal, uns quartéis novos, isto ao longo dos tempos. O principal objetivo era po: 'crescer para aparecermos', já que tínhamos acabado de nos separar. Hoje, não. A filosofia é outra, temos que estruturar para bem servir à comunidade. Bom pessoal, estes dez municípios que nós hoje ocupamos, isto representa no Estado, praticamente, 60% de toda a população, veremos logo em seguida. Está aqui a população, 943.961 habitantes. Estes são os dez municípios onde tem a população, propriamente dita, 60% de toda a população do Estado. Então, foram bem escolhidos esses municípios, são dez, mas representam muitos, 60,42% de toda a população é assistida pelo Corpo de Bombeiros. E para isto também faço um parêntese, peço aos nobres Deputados, nós temos consciência que temos que abranger os 52 municípios, mas devido a deficiência, e hoje, o slogan do Bombeiro que é estruturar as nossas unidades existentes, as dez unidades, se pedirem que sejam inaugurados os novos quartéis, iremos diminuir a nossa eficiência para com a população. Então, vamos primeiro estruturar esses dez quartéis bem estruturados, que a população fique satisfeita, aí sim, iremos partir para os novos objetivos, que seriam os novos quartéis.

O nosso efetivo, desde 2002. e, este efetivo aqui, 158, logo ao final do ano, perdemos mais de quinze bombeiros, devido ao tempo de serviço. Tínhamos 158 e perdemos 10 a 15, mais ou menos. Em 2003, houve o primeiro concurso, com aqueles 150 bombeiros, mais os que saíram permaneceram 310 bombeiros. E, hoje, pessoal, em 2007, temos 494 bombeiros entre os 10 municípios. Bom, a situação anterior, 2002, tínhamos apenas três ABTs, quatro com este que estaria em Rolim de Moura, que estava inoperante. Estes ABTs aqui, mandei colocar, fiz questão de colocar o ano destes veículos, são caminhões velhos, muitos comprados ainda no governo de Jorge Teixeira. E o caminhão mais novo, que tínhamos, se não

me falha a memória, seria o de Ji-Paraná, que depois foi passado para Ariquemes, comprado com o nosso, hoje, Prefeito de Ariquemes. Caminhões tipo pipa, e são improvisados, são doados, são emprestados pela Prefeitura. Então vivíamos mais de favores do que, propriamente, do nosso próprio acervo, do próprio Corpo de Bombeiros. As nossas principais aquisições de 2002 a 2007: foram adquiridos dois caminhões ABTs novos, potentes; dois ABSTs auto-bomba-tanque e salvamento, quatro Pálios, dez roupas e outra infinidade que os senhores verão ao longo da apresentação. Todos os equipamentos, senhores, totalizando aqui inicialmente, dois milhões, setecentos e vinte foram adquiridos, e esta aquisição foi fruto da nossa taxa, aquela taxa tão questionada na época, a taxa de incêndio, a taxa veicular, isso foi revertido para que a população tivesse uma melhor assistência. E só neste ano nós temos aqui um milhão, trezentos e sessenta e cinco mil, aproximadamente, em aquisição, já neste ano. Isto quer dizer que a nossa arrecadação aumentou, a população começou a acreditar em nosso serviço. E vêm muitos, procuram o Corpo de Bombeiros e dizem: 'Olha, esqueci de pagar a taxa, como é que eu faço para pagar?' E nós agradecemos porque isso também será revertido para a população. Faço aqui um parâmetro especial, esses microônibus, tipo trailers, que são os moto-home, nós adquirimos aqui três que ainda não foram implantados. Isso serão três quartéis avançados, que foram permitidos ao Corpo de Bombeiros, através do governo federal, será lançado na Jorge Teixeira. E temos essas três ambulâncias tipo UTE, são unidades de resgate mais avançado, maiores, umas splinters, com essas três ambulâncias, com mais esses três micro-ônibus e mais as motos que serão adquiridas, irão ficar ao longo da Jorge Teixeira em três pontos estratégicos. Isso justamente para diminuir o nosso tempo resposta, e isso vamos tentar sensibilizar o governo federal para que nos permita, porque anteriormente a Jorge Teixeira era da Prefeitura, agora passou para a gerência da União.

Então pessoal, se vocês observarem que só esse ano, estamos na metade do ano, 1 milhão 365 já foram adquiridos e tem mais processos licitatórios já em andamento. Esses são os principais, o nosso Quartel do Comando Geral, aquele que os senhores tinham observado, isso também é fruto também dos nossos trabalhos, das nossas taxas, foram revertidos para construção. Os três quartéis que eu havia mencionado, os três quartéis todos estruturados, novos, e esse construído ainda de 2002 a 2007, e, hoje, atendem a população com eficiência. São os novos quartéis bem estruturados, de acordo, como mandam as normas de quartéis nível I, II e III. Este é o nosso ABTR que se encontra aqui em Porto Velho, nós temos um cuidado muito grande com as nossas viaturas, elas se encontram ainda novas. O nosso AT – Auto-Tanque, Porto Velho necessitava de uma viatura com maior capacidade de água para dar apoio à nossa viatura ABTR. Esse é o nosso microônibus. A nossa tropa agora já não faz mais deslocamento a pé, com seus carros próprios, agora temos um microônibus para facilitar o deslocamento da nossa tropa. Os nossos equipamentos, nós nunca sonhávamos, antes de 2002, de termos equipamentos de proteção individual. Nós dávamos proteção para a população, mas os nossos bombeiros não tinham proteção individual. Hoje tem. Um capacete desse aqui, para os senhores terem uma idéia, custou ao Comando do Cel. Dionísio, R\$3.600,00 (três mil e seiscentos reais) cada

capacete, e esse sistema de proteção individual tem em todo o Estado. Todo o Estado tem uma guarnição completa de equipamentos e proteção individual. Isso aqui, são as nossas ambulâncias adquiridas com a parceria com o DETRAN. Nos foi passado, as nossas motos para ter aquela, tempo resposta menor, então colocamos motos, temos os locais de difícil acesso para eles darem o primeiro combate e isolar o local. Nossas viaturas administrativas operacionais, administrativa operacional porque ela trabalha na BSTEC, e eles muitas vezes têm que socorrer a indivíduos, alguns incidentes, que os senhores verão também ao longo da apresentação, eles têm também que chegar e dar o suporte porque são bombeiros. Esse é o nosso, podemos chamar assim, nosso baby, ele tem uma velocidade maior por causa da potência, a quantidade de água dele é mais reduzida, ele fica mais leve para chegar à ocorrência para debelar um incêndio de pequena proporção.

Isso aí foi uma exposição, durante 07 de setembro, o nosso ABT, nós estamos demonstrando aí que temos pessoal, de laranja, mais visível para a busca e salvamento, lá no mato temos que ter um uniforme diferenciado para que fosse localizado por qualquer um que tivesse a sua procura que pudesse visualizá-los. As L-200, as 05 L-200, nós fazemos uma ênfase aqui especial, nós não tínhamos nada para a Defesa Civil, hoje a Defesa Civil se encontra estruturada lá na UNISP, na Amazonas, ali com a Guaporé. E a Defesa Civil, eu deixo já aqui a informação que a nossa Defesa Civil presta apoio a todas as COMDECs, todas as Comissões Municipais de Defesa Civil. Então, eles se deslocam daqui para Rolim de Moura, para Cabixi, para qualquer local para dar suporte aos prefeitos para que possam decretar situação de emergência ou estado de calamidade pública. Então é o suporte técnico e de material. Essas são aquelas três viaturas adquiridas recentes, UTE; são viaturas novas e todas equipadas para poder prestar um melhor serviço e iremos iniciar por Porto Velho.

O bombeiro é taxado de "apagadores do fogo"; esse é o slogan que já morreu. Nós, o que menos fazemos é o combate a incêndio, vocês observam aqui que praticamente o que menos fazemos é apagar incêndio. O nosso carro chefe hoje é a parte de pronto-socorrismo, se os senhores observarem no interior, o nosso efetivo não pára, é 24 horas direto atendendo, dando suporte já que o poder público municipal não tem condições de suprir. Então, manda o Corpo de Bombeiros, que seria apenas para prestar socorro de acidentados, estão agora também fazendo o serviço do transporte de doentes, atendendo o doente em casa.

Vistoria, como havia falado para os senhores da vistoria técnica, as DSTECs nossas também partem, que seriam só administrativas, no local, mas atuam como bombeiros, na parte operacional.

Esse incidente aqui foi no Maria Isaura, o colégio onde desabou a quadra coberta. Então, o bombeiro, na captura de animais, desde um calango, um gatinho, até um jacaré. Então, para tudo o Corpo de Bombeiros é solicitado para fazer o resgate. Mesmo de um inofensivo bicho, desse calangozinho aqui, a um jacaré, dessa proporção, nós atendemos. Para os senhores observarem, além das nossas atividades nós cortamos árvores de todo o tipo podemos dizer assim, complexidade que se tenha, e o nosso pessoal é profissional, temos os equipamentos necessários para dar segurança ao bombeiro, que seriam usados no salvamento em altura, usamos ele

também para o corte de árvore nesses locais mais difíceis de acesso.

Praticamente 30% do nosso efetivo têm conhecimento e curso na área de combate a incêndio florestal, e usamos, devido as dificuldades das localidades, usamos os abafadores aqui para conter um incêndio e somos chamados, constantemente, tanto na capital quanto no interior para debelarmos aqui qualquer incêndio em uma fazenda próxima, vizinha ao município.

Esse foi o incêndio ali na SAFARI, próximo a Nações Unidas, aonde o Corpo de Bombeiro mostrou, pela sua capacidade profissional, que apenas a SAFARI, porque quando chegamos já estava em chamas, foi acometida pelo incêndio, as demais foram todas salvas, nada se perdeu. Aqui do lado teria um depósito da DIPAR, aonde só materiais, podemos dizer assim, de fácil combustão e nada foi atingido, foi salvo aqui 100% daqui, e daqui também. Então o único, a que bem, que nós chegamos e não conseguimos mais conter era a SAFARI porque já estava em chamas e não tinha como tirar, tínhamos apenas que conter, e hoje o proprietário é um grande amigo nosso, sempre nos procura lá e sempre está agradecido para com o Corpo de Bombeiro. Inclusive, fazendo um parâmetro aí, nós salvamos também o seu cofre, que seria o seu bem maior, tinha muito cheque, muito dinheiro ali dentro.

O nosso transporte, as nossas viaturas não param. Isso aí é mais um acidentado de trânsito. E pode ser em show, aqui em motocross, meio da rua, em qualquer evento as nossas ambulâncias estão presentes. Em qualquer show, em qualquer comício, somos solicitados para estarmos presentes, para darmos o suporte básico de vida àqueles acometidos de qualquer incidente. E os senhores observem aqui, como é difícil o acesso, como o pessoal obstrui aqui a passagem do bombeiro para atuarem naquele da "mimosas" no carnaval. Então a dificuldade para chegar ao local e depois para retirar essa vítima desse local. Então há população ainda não tem a consciência, deixar os profissionais da área trabalhando, pedimos o apoio à Polícia Militar e fizeram um cordão e aí ficou fácil o resgate de todo pessoal. Aquele uniforme laranja que eu havia mencionado, é para a visualização, e somos aqui solicitados para qualquer tipo de ocorrência. O cidadão aqui, que estava fazendo uma derrubada, uma árvore caiu em cima, depois de quase três dias deram falta dele e pediram para que o bombeiro fosse procurar. Deram um ponto de referência, não a posição exata, e o bombeiro saiu em seu encaixe. Nós hoje temos três cães Labradores, que estão sendo treinados, para que a gente possa dar um maior suporte aos nossos bombeiros, já estão a quase um ano sendo treinado. São as diversas ocorrências aqui, cometidas, principalmente nessa época, nos balneários, nessa época do verão. Então nós lamentamos, mas somos solicitados e como somos solicitados, tanto no passado como recente, nós atuamos nisso aí. Temos que ter estômago para tudo. Esse aí é mais um acidente que houve na BR; sete corpos, aqui, resgatados. Aqui em Vilhena, onde uma marquise cai em cima de um cidadão e esmaga, difícil ser retirado isso aqui, entendeu? Pesa muito e o bombeiro tem que tirar sem, digamos assim, sem danificar o corpo, não podemos. A população, se fizermos isso aí, a população cai em cima. Então, com jeitinho, conseguimos retirar. Aquele acidente aéreo, onde aquele major e o tenente coronel estavam fazendo aqui um treinamento, veio pegar logo ali na cabeceira do aeroporto, ali foram

retirados e tivemos que retirar com cuidado para que partes dos corpos não ficassem na aeronave.

Aqui é um acidente de trânsito, até um tanto banal, ninguém morreu aqui em função da pancada, morreram todos afogados aqui, nesse lago aqui, quando bateu o carro e desgovernou, caiu dentro do lago e o motoqueiro e o seu carona também caíram dentro do lago. Então morreram em função do afogamento.

Outra ocorrência, aonde esses veículos pegaram fogo e os componentes desse aqui morreram da pancada e os outros carbonizados. E o engraçado, até para retirar uma criança de uma panela de pressão, brincando, o Corpo de Bombeiros vai lá e cumpre sua missão nobre que é salvar vidas, e com jeito, com carinho, tirou a criança, não sofreu nenhum tipo de lesão. Isso aconteceu em Vilhena. Aqui está a nossa Defesa Civil Estadual, onde, em alguns municípios aqui, principalmente em Rolim de Moura e outros municípios adjacentes, nós damos suporte para que eles possam confeccionar o seu processo de situação de emergência para poder dar, gastar, podemos dizer assim, gastar o dinheiro sem precisar daquele trâmite burocrático todo para dar suporte para a população que precisa naquela hora, naquele dia. Então, para isso nós damos o suporte, solicitamos do Excelentíssimo Senhor Governador a homologação daqueles processos, acompanhamos tudo e damos um suporte necessário para que seja adquirido todo o material para aquela população afetada.

oi: Aqui na Av. Costa e Silva a nossa pasta de DSTE, que é a nossa Diretoria de Serviços Técnicos não pára, diuturnamente, temos alguns engenheiros e para tudo, para dar subsídios à Justiça, às empresas, aos órgãos públicos, nós temos que confeccionar laudos e os laudos têm que ser bem feitos porque são questionados também na Justiça. Então, se nós não fizermos bem embasados tem-se o risco de perdermos toda a credibilidade junto aos órgãos públicos. É uma atividade de materiais, de produtos perigosos, produtos químicos, em função agora de estarem descendo do Porto Graneleiro, então estão chegando muitos materiais, passam nessa BR 364, tanto destino a Manaus quanto destino ao Acre, passam esses produtos perigosos. Nós estamos adquirindo roupas especiais e equipamentos especiais para debelarmos esse tipo de incidente.

A nossa arrecadação, desde quando começou o nosso fundo, até hoje vocês podem aqui observar que houve uma credibilidade porque o processo é o mesmo, houve uma credibilidade por parte da população. Em 2004, durante o ano todo só trezentos e vinte e seis mil teriam sido arrecadados. Com a conscientização da população isso foi subindo até R\$2.8000.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais) para serem empregados no Corpo de Bombeiros. Esse é o nosso pensamento futuro, são os bombeiros totalmente equipados, com tudo o que têm de direito para a proteção individual. Vocês podem observar, isso não está longe da nossa realidade. Essa viatura aqui, é essa viatura que dá os principais combates aos materiais perigosos ou materiais químicos. Nós já estamos solicitando uma plataforma, que muitos chamam aqui de escada-magirus, uma plataforma, pelo menos de 30 metros, para que a gente possa dar a nossa cidade, está ficando quase verticalizada e precisamos dar um suporte àquela população que necessitar do serviço do Corpo de Bombeiros. Então já pensamos na plataforma, iremos adquirir essa plataforma. Este



é um sonho maior, mas ainda está dentro da nossa realidade com as usinas, com os investimentos todos que irão ter aqui, principalmente em Porto Velho, o Estado, e isso não está longe, para o combate de incêndio florestal, ou mesmo qualquer uma das indústrias que aqui serão futuramente implantadas.

E para concluir, também passamos aí uma reflexão para os senhores: toda ação investimento e cansaço são justificáveis se pudermos salvar uma vida. Então não tem preço, a vida, não tem preço.

Obrigado a todos e estamos também à disposição para qualquer questionamento.

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre)** – Agradeço a explanação do senhor Coronel Bombeiro Ronaldo Nunes.

Convido o senhor Morio Ikegawa, Diretor Geral da Polícia Civil do Estado de Rondônia, para fazer as suas explanações.

**O SR. MORIO IKEGAWA** – Sr. Presidente, Srs. Deputados, autoridades que compõem a Mesa, demais autoridades, senhoras e senhores. Inicialmente eu gostaria de dizer da satisfação de estarmos aqui prestando contas e também discutindo esse assunto de relevância nacional. E na oportunidade, gostaríamos de parabenizar a Casa pela iniciativa. Bom, o sumário a gente vai fazer em cinco tópicos, em cinco pequenos tópicos, mesmo porque nós fomos informados que são dez minutos. A atribuição da Instituição, qual é a missão, o papel da Polícia Civil nesse contexto da Segurança Pública? O papel da Polícia Civil é a investigação, investigação preliminar ao processo penal. Esse nosso trabalho é materializado através do inquérito policial que é o nosso procedimento administrativo, que é o nosso trabalho final. O inquérito, para que serve o inquérito? Ele serve justamente para garantir a eficácia do processo penal, dar subsídio à interposição de eventuais ações penais, funcionando também como um filtro processual, e manter a regularidade das relações sociais desestimulando a prática de novas infrações. A Polícia Civil de Rondônia se organiza no Estado através de 7 regionais, não é? São sete regiões administrativas mais a regional de Porto Velho, assim dizendo, que é a sede da Polícia Civil. Nós temos aqui, na regional de Porto Velho, Candeias e Itapuã. Em seguida vem regional de Ariquemes, com as cidades, com os municípios que compõem a grande Ariquemes. Guajara e Nova Mamoré, que é uma segunda regional. Ji-Paraná e as cidades, os municípios que compõem a regional de Ji-Paraná, São Miguel, Cacoal, Rolim de Moura e o Cone Sul, com sede em Vilhena. O nosso efetivo, esse efetivo é o de final de 2006, nós temos 158 delegados, nós já tivemos algumas aposentadorias, devemos estar na casa dos 150 delegados, 78 peritos, também já tivemos algumas aposentadorias, aproximadamente 70 peritos, 49 médicos legistas, tivemos uma baixa muito grande, hoje estamos com menos de 40 médicos legistas; 04 odontólogos legais, 1.250 agentes de polícia, 339 escrivãos de polícia, 17 agentes de telecomunicações, 225 datiloscopistas, 23 técnicos em necropsia, 7 técnicos em laboratório, 3 auxiliares operacionais de perito criminal, 30 agentes criminalísticas e 7 auxiliares de necropsia. Vale ressaltar que o nosso efetivo era de pouco mais de 1.300 policiais, com o concurso, esse último concurso, de 2005, nós pulamos para pouco mais de 2.100 policiais, no seu total. Dentro do programa

de modernização nós podemos ver aqui nesse mapa a rede digital, ela é uma rede digital privada da Polícia Civil onde se vêem esses equipamentos, é onde já estão instalados esses equipamentos, e a rede já está pronta. É a maior rede privada do Estado hoje. Nenhuma outra instituição tem uma rede do tamanho da Polícia Civil, para se ter uma idéia do tamanho, para se mensurar como é que é a rede da Polícia Civil. É uma rede segura, só tem acesso às pessoas autorizadas, mesmos os policiais; cada policial tem a sua senha e também só acessa aquilo que lhe diz respeito, nada mais do que isso aí. Então aí está a rede dentro do programa de modernização da Polícia Civil.

Continuando nesse programa de modernização, nós temos a aquisição de equipamentos de informática, que começamos no ano passado e estamos, vamos dizer, estamos ainda concluindo essa fase de instalação de equipamentos. Nós tivemos, no ano passado, 520 computadores, nós estamos recebendo mais 100 computadores e vamos ficar 100% informatizados. Para que isso funcione, nós adquirimos um software chamado INFOPOL, que trabalha dentro daquele conceito de georreferenciamento e emissão de estatística, georreferenciado também. Estamos também para receber o equipamento mais conhecido popularmente por "Guardião", ficou muito em voga atualmente porque a Polícia Federal faz uso desse mesmo equipamento e tem feito monitoramento telefônico de várias pessoas. Hoje quase não se fala mais por telefone por conta desse equipamento, mas nós já estamos na fase de receber, já compramos e estamos talvez até no começo desse próximo mês já tenhamos esse equipamento à disposição aqui da polícia e da sociedade. Também nós temos AFIs civil e AFIs criminal, que é a digitalização das impressões digitais. Nós estamos criando um banco de dados através desse sistema chamado AFIS, tanto civil quanto criminal e vai possibilitar, numa segunda fase, já com uma digital coletada nós acessarmos o banco de dados nacional, assim como outros Estados acessarem o nosso banco de dados. É uma ferramenta importante, hoje, para o trabalho policial e nós já estamos na fase de implantação também.

Temos ainda a modernização e reequipamento da Polícia Técnica. Como se dá essa modernização? Através de equipamentos de última geração. Nós temos, já acertado com a SENASP, a vinda de um equipamento chamado Laboratório de Fonética, é a identificação de voz, as fitas, as gravações, para podermos fazer a comparação e também saber se houve montagem, se não houve montagem, se houve edição e tantas outras situações com relação à fonética. Eu já falei da rede privada que nós já temos instalado, vamos dizer, todas as unidades nossas estão ligadas hoje através dessa rede privada.

Eu gostaria, falar também do nosso IML. Nós tivemos, recentemente, a visita de um técnico do SENASP, onde foi acertado, junto a Secretaria de Obras, a construção de um IML moderno, dentro dos parâmetros que hoje se exige, diante das novas regras instituídas através de lei, que é o atendimento diferenciado à criança e ao adolescente vítima, à mulher vítima, aos idosos e alguns segmentos da sociedade que merecem o atendimento especializado. O IML vai ser construído dentro desses parâmetros. Acertamos também com a Secretaria de Saúde do Estado que o SVO vai para dentro do IML, nós vamos fazer, o IML da Secretaria de Segurança vai fazer uma parceria com a Secretaria de Estado da Saúde para que o SVO seja

feito dentro do IML com a equipe da Secretaria de Saúde, mesmo por que essa obrigação é do município para com as cidades com população acima de 50 mil habitantes. Mas não correndo, não tendo IML, o Estado resolveu então encampar mais esse encargo, mesmo por que a população não pode ficar sem essa assistência. Na prática seria o seguinte: toda pessoa que morre sem assistência médica, hoje é encaminhado ao IML e é o IML que faz o laudo para se saber se foi morte natural ou não. Então, a partir de, possivelmente, no início do próximo ano, já que as obras serão licitadas agora, e com a obra pronta nós fizemos um acerto vamos dizer, mesmo por que não está documentado ainda, mas já está acertado junto à Secretaria Nacional de Segurança que teremos os equipamentos necessários para o bom funcionamento.

Gostaria de apresentar, aqui, a estatística das atividades da Polícia Civil do ano de 2005 e eu explico o porquê de 2005. Porque em seguida vou apresentar algumas estatísticas da Secretaria Nacional de Segurança também de 2005, mesmo por que eles só editaram, até agora, até o ano 2005. Nós tivemos no ano de 2005, em todo o Estado, 137.310 ocorrências. Dessas 137 mil ocorrências, aproximadamente 50%, ou seja, em torno de 70 mil são ocorrências que nós chamamos ocorrências não policiais: perda de documento, extravio de nota fiscal, extravio de talão de cheques e tantos outros, abandono de lar, somente aquelas ocorrências para se resguardar o seu direito. Essas ocorrências geraram 12.297 inquéritos policiais. Desse total nós relatamos, quando se diz relatou é que o inquérito foi terminado, concluímos 8.429 inquéritos policiais. Foram elaborados também 13.992 TCs. Tcs são aqueles crimes de menor potencial ofensivo, são aqueles crimes menores. Foram também elaborados 1.186 atos infracionais, são aqueles crimes praticados por menores de 18 anos. No mesmo período foram emitidos 10.168 laudos periciais, laudos emitidos pelos peritos, mais 11.772 laudos emitidos pelos médicos legistas, 11.772, mais 4.639 laudos emitidos pelo laboratório central.

Eu gostaria de mostrar agora algumas estatísticas de 2005, segundo a metodologia da SENASP, esse primeiro mapa é de homicídio doloso por 100 mil habitantes. Nós aparecemos ali no terceiro quadro, que é de 15 a 19 por 100 mil habitantes. No primeiro quadro está acima de 30 mil, 30 por 100 mil habitantes, no segundo quadro de 20 a 30 e no terceiro quadro, onde nós figuramos, é de 15 a 19. Só que, em seguida, no segundo slide mostra a taxa de ocorrência de crimes violentos letais, intencionais por 100 mil habitantes. Nós já pulamos para o primeiro quadro, porque se inclui, além do homicídio doloso, lesões corporais seguida de morte, roubo seguido de morte, com morte após a prática do roubo, nós já pulamos para o primeiro quadro. No entanto, nós estamos muito perto de cair já para o segundo quadro, que seria de 20 a 30 por 100 mil habitantes, conforme mostrou a Coronel Angelina, nós estamos na faixa de 32, 33. Então nós já estamos caindo. Possivelmente, já no próximo ano, já estejamos no segundo quadro, que seria de 20 a 30 por 100 mil habitantes. Nesse quadro nós vemos mapa de taxa de ocorrência de crimes violentos contra o patrimônio. Então são os crimes praticados com uso da violência, nós estamos no terceiro quadro, entre 220 e 351 ocorrências por 100 mil habitantes.

Agora, o mapa de taxa de ocorrência de delitos, envolvendo drogas por 100 mil habitantes, registrados pela

Polícia Civil. Nós estamos no topo, acima de 61 por 100 mil habitantes. No entanto, esse mapa é o inverso, ele demonstra os Estados que mais fizeram apreensão por 100 mil habitantes.

Estamos juntos com o Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, mostra que realmente, nós estamos trabalhando no caso.

Agora, mapa de taxa de ocorrência de lesão corporal por 100 mil habitantes. Esse nós estamos, não estamos bem, nós estamos no primeiro quadro que é acima de 623 ocorrências por 100 mil habitantes.

Mapa de taxa de ocorrência de roubos por 100 mil habitantes, do ano 2005. Nós estamos também no primeiro quadro que é acima de 525 por 100 mil habitantes. Agora, mapa de taxa de ocorrência de furto por 100 mil habitantes. Nós já estamos no terceiro quadro que é de 800 a 1.000 por 100 mil habitantes.

Bom! São alguns quadros só, se alguém precisar do quadro completo eu tenho gravado, posso disponibilizar. Para não tornar enfadonho, eu peguei só alguns para servir como exemplo. E aproveitar também, gostaria de passar aqui, os equipamentos que eu acabei esquecendo de botar no slide. No entanto a Polícia Civil conta hoje com 310 viaturas, 112 veículos com depósito judicial, são aqueles veículos apreendidos em poder dos bandidos para cometimento do crime e que a própria lei permite que nós usemos para o combate do crime. São veículos que foram incorporados à frota, não ao patrimônio, mas incorporados à frota para serem utilizados para combate ao próprio crime, mais 7 lanchas e 80 motocicletas.

Esse é o nosso equipamento rodoviário, vamos dizer. Então, eu acho que era isso que nós gostaríamos de apresentar. Muito obrigado?

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre)** – Agradecemos ao senhor Morio pela sua apresentação.

Convido o Excelentíssimo Senhor Juiz Daniel Lagos, Diretor do Fórum Criminal de Porto Velho, para fazer suas explicações.

**O SR. DANIEL LAGOS** – Deputado Neodi Carlos - Presidente da Casa, Deputado Alexandre Brito - proponente dessa Audiência Pública, Coronel PM Angelina dos Santos Ramirez - Comandante da nossa Polícia Militar, Coronel PM Ronaldo Nunes Pereira - Comandante do Corpo de Bombeiros Militar, Dr. Morio Ikegawa - Diretor Geral da Polícia Civil Senhores Deputados, demais autoridades, senhoras e senhores.

Eu queria, antes de mais nada, cumprimentar a Assembléia Legislativa pela realização dessas Audiências Públicas. Acho que o Parlamento é a Casa do povo e as questões que mais afligem a população devem ser discutidas sim. Eu tenho visto com frequência a realização dessas audiências, eu acho que isso só eleva o Parlamento Estadual e devo lembrar que isso aproxima a matriz original grega, que o povo se reunia nas praças e discutiam as questões que eram referidas a todos e as leis. Então é o que nós estamos aproximando e isso é sempre saudável, fortalece o Poder. Bom, eu fiz algumas anotações, eu vou fazer o contraponto, vou fazer o papel do advogado do diabo, porque, na verdade, eu vou trabalhar pelas deficiências porque é o outro lado da coisa. Aqui foram ditos os avanços, as conquistas e agora eu vou fazer o que não está funcionando para que, compondo um único contexto, possa

ser melhorado, porque todas as deficiências são por falta de recursos, não tenham dúvida, quer dizer, vai ter que haver aporte de recurso do Poder Público nos diversos setores para poder cobrar a melhoria e com efetividade.

Bom, eu começaria questionando que nós temos, eu sou juiz criminal, Diretor do Fórum Criminal, sou juiz de Vara Genérica, quer dizer, tirando a vara especializada que é tóxico, homicídios, crimes contra a vida, trânsito, crime contra a criança, execução penal, fui durante 6 anos juiz de execução penal aqui em Porto Velho, auditoria militar, fora disso cai na Vara Genérica. Então é a vara que teria competência para conhecer todos os crimes fora dessas competências. Mas na verdade eu estou me sentindo um juiz de roubo, porque a parte substancial das nossas pautas são compostas por processo de roubo. Isso traz uma preocupação e ela aparece nos dados trazidos aqui aos senhores e há uma preocupação muito presente porque atinge a população de forma mais dolorosa, invadindo residências, desapossando de patrimônio, e o que tem me chamado atenção é que os roubos têm, o objeto do roubo tem reduzido muito, as pessoas ameaçam, o agente da ação delitosa, ameaça a vida da pessoa para retirar coisas que valem R\$10,00(dez reais), R\$ 20,00(vinte reais), R\$30,00(trinta reais). Quer dizer, está banalizando a vida. E as fontes, eu citaria, começaria citando como fonte, a primeira fonte da criminalidade é econômica. Só que ela é importante, mas não é determinante porque se fosse determinante todo pobre seria bandido. Então, agora, não pode ser ignorado, ela está presente, pode ser convertido em aliado no complexo processo de ressocialização dos delinquentes internos de presídios e cadeias públicas, reside nessa importância. No restante, é uma atividade que nós que trabalhamos, militamos na área de Justiça e Segurança Pública, não temos muito, não temos nenhum controle, nenhuma interferência na questão econômica. Quer dizer, cabe ao Poder Executivo, a nível nacional e local, promover desenvolvimento e emprego para reduzir as desigualdades e a pobreza, e com isso efetivamente combater a criminalidade.

Bom, mas essa não é a nossa área, a nossa área é a área do crime realmente efetivado e as consequências dele advindo. Aí nós vamos trabalhar nas deficiências, deficiências, a Polícia Militar, apesar de muito carente de recursos, tem que ficar bem claro isso, ainda que foi melhor aquinhoado nos recursos dos últimos governos, quer dizer, e isso tem refletido numa atuação com sensível melhora, porque todo mundo, profissional ou não, da área, tem percebido isso, e destacado, inclusive, o policiamento comunitário que está sendo instalado na Polícia Militar e está vindo com resultados que a gente percebe na área criminal. Então é uma ação preventiva, traz tranquilidade para população. Agora, o combate à criminalidade, gente, só pode haver, com efetividade, na atividade de Polícia Judiciária, porque o que mais promove a delinquência é a impunidade, e impunidade você faz a punição através dos inquéritos, dos processos. Então esse é o nosso foco. A Polícia Civil tem participado com as chamadas de Operações Especiais, que eu quero de público trazer a minha crítica, porque fazem uma atividade de Polícia Militar e desloca efetivos que teriam muito maior rendimento se ficasse na atividade de Polícia Judiciária. Então essa atividade de polícia ostensiva é muito bom para fazer propaganda de governo: u:'Ah! A polícia está presente. Oh! A tal operação..., Presença de Anita. Agora traz prejuízo para a atividade da polícia nas delegacias que é onde

as coisas acontecem. É uma crítica que eu faço, eu acho que as interações entre as polícias se fazem com cada um fazendo o seu papel. Não tem que haver mistura e se tiver que haver mistura vai ter que haver mistura nas atividades próprias e a deficiência maior aqui é da Polícia Civil. Então, se tiver que fazer investigação para um policial militar, que se faça nas SEVICs das delegacias, que é onde a investigação está voltada para os inquéritos, para conclusão, para apuração de crimes ocorridos e que está formalizado. Simplesmente fazer a chamada Inteligência que é simplesmente policiamento ostensivo sem ser descaracterizado, a eficiência é muito reduzida em relação ao policiamento ostensivo que realmente já há, há efetividade porque, claro que a presença de viaturas caracterizadas facilita a ação, mas não a ação com Inteligência. E quando tem ação de Inteligência, não é centralizada numa central que processa esse serviço, quer dizer faz flagrante, flagrante, flagrante. Eu acho que não é esse o papel, acho que o papel deve existir, mas o papel mais importante é fortalecer o procedimento da Polícia Judiciária para se fazer inquéritos mais eficientes e respostas mais eficientes com condenação lá na frente, senão vai fazer o quê a Polícia Federal está fazendo essa pantomina que a Polícia Federal está fazendo de invadir a privacidade das pessoas para fazer escândalos, viver de escândalos e depois, no processo as pessoas são todas absolvidas. E acham que é o Judiciário que protege: não, a prova é mal feita, por isso que não gera condenação. E nós temos visto de monte isso fica impune. Quer dizer, garantias constitucionais são violadas e depois, no final, não tem nada, e ainda a culpa fica no Judiciário, o Judiciário que trabalha mal: 'ah, não condenou. O Supremo não condenou ninguém'. Ninguém fala que não apurou o crime.

Quer dizer, nós temos que ter uma consciência maior do nosso papel. E eu acho que o Parlamento é o local ideal para se discutir isso. Nós temos um incremento de criminalidade, pelo menos em Porto Velho, onde eu estou acompanhando mais de perto, eu fiz levantamento de 2002 a 2006, exercícios fechados, houve um incremento de ingresso na distribuição criminal de 186%. Nós tínhamos um ingresso em torno de trinta processos por Vara, mensais. Nós estamos com ingresso, hoje, de 90 a 100. Quer dizer, continua no mesmo número de Vara, continua o mesmo número de funcionários, até mesmo porque o PAC saiu não teve concurso. O concurso que teve a maior parte, é o mal dos concursos, uma parte do efetivo que entra, logo em seguida passa em outro concurso e sai. Quer dizer, tem uma defasagem muito grande, todo mundo enfrenta isso, essa é a nossa realidade.

Outro ponto que eu quero destacar, que precisa ser observado com mais carinho, é a subtilização de instrumento valioso que são as escolas de polícia, tanto a Polícia Militar como a Polícia Civil, são utilizados basicamente para formação de policiais, mas fora dos períodos de concursos não são, ou são subaproveitados como um centro de reciclagem dos policiais, tantos civis como militares, tão necessário porque a nossa legislação está sempre mudando. Na realidade está mudando e nós precisamos destinar recursos para promover essa atualização, essa reciclagem tornar o funcionário, o policial mais efetivo, mais eficaz, melhor informado, inclusive com debates, com questões, houve mudança, faz, promove encontro, promove debates aproveitando melhor a instituição

que está instalada, são muito bem instaladas, estão muito bem equipadas, mas não estão bem aproveitadas.

Eu quero destacar também, nas delegacias, o enfraquecimento das SEVICs. As SEVICs são instrumento da maior importância, o processo que vem para a Polícia Militar trazido em flagrante, rapidinho chega ao Fórum, conclui, vai ao Fórum. O processo que depende de investigação da polícia é a maior dificuldade, por quê? Porque as SEVICs estão com pouca gente, pouco equipamento. Tem equipamento, mas é insuficiente e não há um estímulo, não há um investimento direcionado para essa atividade que é da maior importância. Então o que acontece? O que escapou do flagrante, depois as investigações suplementares são feitas com muita dificuldade. E isso não vai nenhuma crítica à direção da Polícia Civil ou aos policiais, é falta de recurso, é mais gente instalando, é mais equipamento, é mais recurso e daí mais cobrança. Porque o Estado não cobra porque ele não investe? Isso vem de vários governos, não é coisa atual, não. Ele não investe, então, para não receber cobrança, ele também finge que não vê. Então não há uma avaliação qualitativa mais rigorosa. E isso se reflete nas dificuldades, depois nos apuratórios judiciais, porque às vezes a prova não está bem colhida, e por mais que a gente sinta o esforço do policial, o esforço do servidor, mas não conseguiu porque realmente não tinha condições.

Outra questão que também precisa ser discutida com maior intensidade é a Polícia Científica, o Instituto de Criminalística e o IML. Vejo com alento que há informações que o IML vai receber uma nova sede, vai ter investimento. Que bom! O Instituto de Criminalística é vital, e aqui cabe fazer uma afirmação de que nós estamos sempre questionando, a violência nas delegacias. A Polícia sempre está sendo questionada, sempre criticada com relação a isso. Mas eu afirmo aos senhores, nós temos atividades policiais baseado em confissão. Esse é o grande equívoco. Na verdade, tinha que ser fortalecida a Polícia Científica, para que o policial trabalhasse com base em provas e reduzir a importância do interrogatório, a importância da eventual confissão. Quer dizer, coleta-se a prova, prende-se o indivíduo com a prova já colhida. Mas não, como o Instituto funciona com dificuldade material, dificuldade de equipamento, dificuldade de pessoal, dificuldade de toda ordem, que demanda também investimento, então, faz com que ele funcione com lentidão e funcione sem a eficiência esperada. E, principalmente, a Polícia Científica é trabalhada para os juízes, isso é um equívoco. A Polícia Científica tem que trabalhar para a polícia. O que eu quero dizer é que o resultado da Polícia Científica deve ser conhecido pelo agente da investigação para que seja aproveitado no contexto da investigação. Tudo bem que depois seja conhecido pelos juízes, na hora do julgamento, mas, se esse resultado fosse conhecido pelo agente da investigação, ele teria um contexto melhor, uma clareza no esclarecimento dos fatos. Isso daria um enorme ganho de eficiência e é uma coisa difícil, porque o que a polícia não esclarece na fase policial muito raramente se consegue esclarecer em juízo. E é doloroso fazer absolvição de alguém por insuficiência de provas, porque significa que a população ficou desguarnecida, porque o crime ficou sem repressão. Como os senhores estão vendo é investimento, é colocar a Segurança Pública na ordem do dia das políticas públicas, precisa ser fortalecida. E, ninguém melhor do que o Governador do Estado e os senhores Deputados para exporem essa situação, para

conhecer essa situação e para debater melhor com quem de direito e adotar políticas públicas adequadas. O outro foco de criminalidade é a questão penitenciária. Considerando o egresso de presos no sistema penitenciário, não aqueles que terminaram a pena, mas aqueles que saíram de qualquer forma, por soltura, por fuga, por pena cumprida. Nós temos um índice de criminalidade de 80%. É como se numa escola houvesse 80% de reprovação, só 20% passassem de ano. Isso demanda uma série de questionamentos que precisam ser conhecidos ou então todo o resto do trabalho fica difícil. Se nós considerarmos a criminalidade que está surgindo e somarmos com os egressos que voltam para a sociedade e voltam a cometer crimes, nós temos uma evolução incontrolável. Quer dizer, todo o esforço, toda a concentração de energia que o Poder Público possa fazer no combate à criminalidade, se não for revista a constituição penitenciária é uma coisa de difícil solução, até porque o orçamento impõe limitações.

Então, tem que ser visto com maior carinho a questão penitenciária e saber por que não estão recuperando esses presos. Primeiro que nós praticamos um modelo de prisão que prioriza a custódia e a segurança, sem qualquer preocupação com a reeducação. O programa de reeducação existe dizer: 'não, nas penitenciárias, aqui de Porto Velho, feminina e o Ênio Pinheiro têm escola'. Tem, mas com funcionamento desintegrado com os programas de gestão penitenciária, é uma coisa como se fosse isolada, e não atinge toda a massa carcerária. Dizer: 'Ah, não. Teve lá o programa, programa de teatro, programa de trabalho, confecção de bola'. Tudo bem, mas ocupou quantos por cento da população, 5%, 10%? E o resto? E ainda assim como forma, a gente vai ver mais adiante, falta transparência na escolha dos apenados para esses procedimentos e falta transparência na gestão desses programas. Isso traz insegurança. Estrutura administrativa deficiente, quando não, inexistente. O quadro de agente penitenciário diminuto, e garantia militar constitui o comum do nosso presídio. O que eu quero dizer com isso? Que o agente está lá com a carabina na mão ou com a escopeta na mão, e a garantia dele é a bala. Se não resolver, a PM vem, a tropa de choque entra e arrepia. Tudo bem, é necessário? É necessário sim, mas nós vamos ter que buscar a causa para que não precise entrar. E aí nós vamos ter que enfrentar a questão do número diminuto. Para os senhores terem uma idéia, o presídio Urso Branco, que é o de mais triste notoriedade que nós temos aqui, tem dias que funciona com 10, 12 agentes penitenciários cuidando de 1.000 presos, 1.100. Isso com estrutura administrativa, a maior parte das vezes feita por agentes que deveriam estar fazendo trabalho de agente. Não tem secretário, não tem faxineiro, não tem auxiliar de escritório, funciona sempre com dificuldade. Não tem equipe, não tem profissional, que a lei manda que tenha. O que tem que ter a equipe profissional? Assistente social, psicólogo, médico, jurista advogado. Não para assistir a direção do presídio, que precisa também, mas para assistir o preso, para fiscalizar a direção. Não tem programas de reeducação, não tem acompanhamento psicológico, o que se faz é: a psicóloga da assistência social se desloca da sede da Superintendência para o presídio, conversa duas vezes com o preso e elabora o laudo. Quer dizer, isso não é avaliação, isso não tem valor nenhum. O que precisa fazer é um acompanhamento, um tratamento e isso não tem quadro para fazer, não tem quadro, tem, sei lá. Então, os programas

de trabalho são deficientes, muito pequenos, ridículos, pequenos, nós temos a Colônia Penal que é uma fazenda com possibilidades gigantescas. No entanto está lá, serve para o cara sair de lá e vir fazer roubo na cidade e voltar. A mídia está discutindo isso toda hora, todo dia. O mesmo no Ênio Pinheiro, é o tal do cara sair a noite, sumir, depois voltar de manhã e o roubo continua na cidade, com alibi porque ele está preso. Quer dizer, tudo isso demanda o quê? Revisão do modelo de prisão, revisão. Nós usamos o modelo americano, um modelo falido, um modelo da prisão total, calcado na religião, na religião Quaker que dizia o seguinte: "disciplina, penitência", daí porque penitenciária, quando na verdade não é nada disso. Na verdade nós precisamos ressocializar, suprir o cidadão, que entra ali, das suas carências de alfabetização, profissionalização, treinamento, e com isso reeducar, mas reeducar praticando os valores, é pelo exemplo que se faz. No momento que o agente, para conversar com o preso dá umas porradas nele, porque é o único instrumento que ele tem, ele ensina que a violência é o caminho mesmo. E isso já vem da rua, não aprendeu nada, vai aprender malandragem, só porque a ociosidade é a mãe de todas as mazelas. A ausência de controle sobre a atividade administrativa sobre os presos e falta de transparência. Castigos e privilégios são concedidos sem o devido processo legal administrativo, e mesmo quando deslocado pelo juízo, tem conhecimento sumário violando a ampla defesa e fragilizando o processo ressocializador. Então o que acontece? Cometeu uma infração, fugiu ou cometeu um deslize lá, uma falta, vai para o juiz, o juiz ouve o preso e sentencia em cima, na cara dele. Eu fiz muitas vezes. Se é que se faz isso, se fizer isso, porque se não fizer isso nem isso faz. Quando, na verdade, tinha que montar um processo com testemunha, com produção de provas, com defesa, com tudo. Isso precisa ser revisto para quê? Porque as penitenciárias não têm as condições técnicas de classificação, disciplina e triagem que são os órgãos colegiados para fazer esses julgamentos e o juiz conheceria apenas a avaliação da legalidade. Não, não tem o profissional, o Estado não conseguiu montar essas comissões, e nos próprios lugares onde montaram ela não funcionou porque não tinha, funcionou muito precariamente, então não deu resultado. Atividades prisionais apoiadas em mitos que já há muito sepultados, como irrecuperabilidade de preso, impossibilidade de controle de massa carcerária, controle administrativo sobre preso apoiado em delação, quer dizer, só gera confusão e morte entre eles. Inexistência de avaliação de desempenho de atividade pública, desestrutura da atividade correcional, ausência da comunidade nos presídios, descrédito público, ausência de senso de respeito aos comandos da lei. A lei diz o que tem que fazer, mas ela não é cumprida, se diz: 'a lei foi feita para a Suíça'. Não, a lei é brasileira e deve ser cumprida incondicionalmente pelo Poder Público. Por que todo cidadão é obrigado a cumprir a lei e o Poder Público não cumpre? Quer dizer, essas são as nossas carências, não tem como fazer combate à criminalidade sem começar por melhor estruturação da Polícia Civil, melhor apoio à Polícia Militar, em suma, uma completa revisão do sistema penitenciário, mas não é simplesmente pôr lá, é rever o modelo. O presídio tem que ter participação da comunidade, o presídio tem que ter atividade econômica, o presídio tem que gerar parte dos recursos que ele necessita. Só que para isso acontecera tem que ter credibilidade da atividade pública, tem

que se fazer um resgate dessa credibilidade. Aliás, nem é resgate, é construção, porque ele nunca teve. A nossa cadeia é um depósito de dejetos humanos, isso tem que mudar, isso tem que rever. O Poder Público só vai ao presídio quando tem rebelião, numa situação caótica e diz '- ah, é isso mesmo'. Se os senhores forem agora, nesse momento, no presídio vocês vão ver que as mazelas continuam e são mazelas por falta de estruturação, por falta de uma construção de ação estatal. Eu sei que a minha posição não é uma posição das mais agradáveis, mas eu acho que se nós estamos reunidos aqui é porque alguma coisa não está funcionando bem. Então, tem que buscar as origens desse problema, e não estou aqui crucificando ninguém não, eu estou é questionando o Estado mesmo. Tem que buscar recurso, tem que estabelecer prioridades, tem que direcionar esses investimentos de forma adequada e tem que cobrar resultado. Quanto mais nos cobram, mais nos evoluem.

Senhores, era isso, que humildemente eu trouxe a vocês, e eu acho que é o que teria de relevante expor e depois eu, com o maior prazer, vou responder aos questionamentos que forem necessários. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre)** – Encerrada as explanações, passemos à segunda parte da Audiência Pública, onde vou conceder palavra aos parlamentares. Primeiro Deputado inscrito é o Deputado Miguel Sena. Mas antes eu queria quebrar o protocolo, a formalidade, gostaria de deixar alguns microfones abertos, que realmente, quando eu fiz a propositura desta Audiência Pública, é que façamos mais debates abertos, que possamos trocar mais experiências e que essas experiências sejam trazidas para a Assembléia para que o parlamentar, de repente, consiga, junto com as autoridades, formular projetos de leis interessantes, algumas coisas novas, tem algumas coisas na minha cabeça que, de repente, eu queria trocar essas informações com quem tem muito mais experiência, quanto a questão, por exemplo, da criação de um Conselho de Segurança Pública do Estado. Parece que nós não temos esse conselho hoje, se os Fundos que existem, hoje, estaduais, o Fundo Bombeiro, o fundo para o reaparelhamento da Polícia, são fundos que estão funcionando, se existe alguma condição onde se possa criar, mudar o projeto de lei que existe, mudar a legislação que existe. Aliás, para que esses fundos funcionem mais.

Também tem um projeto de lei da escola na penitenciária que se encaixa justamente, com que o nobre colega estava falando. E mais algumas outras idéias que nós temos aqui, seria interessante trocarmos essas informações, pedir ao nobre Deputado Miguel Sena, quando da sua parte, antes, eu sei que o senhor pediu para o Coronel César Fontes fazer uso da palavra, mas depois, os parlamentares vão usar a palavra.

Eu queria trocar mais informações realmente, que pudéssemos movimentar um pouco mais isso deixando o microfone aberto depois da palavra ao Deputado Miguel Sena.

**O SR. MIGUEL SENA** – Bem, eu gostaria de dar o meu bom dia a todos, cumprimentar, aqui, o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Neodi Carlos. Parabenizar o nobre Deputado, colega Alexandre Brito, pela iniciativa de convocar mais esta Audiência Pública e, como foi dito aqui pelo representante do Poder Judiciário, isso é muito importante

que se venha fazendo, se venha discutindo aquilo que é de interesse da nossa população. Cumprimentar também, o Secretário de Segurança Pública, meu amigo, companheiro de longas datas, o Sena, Evilásio Sena. Cumprimentar a Comandante da Polícia Militar, Coronel Angelina o nosso representante da Polícia Civil, Dr. Morio, o nosso Comandante do Corpo de Bombeiros e também agradecer pela presença e pelo seu depoimento, representante do Tribunal de Justiça Dr. Daniel. Muito obrigado pelas suas explicações também, até porque alguém precisava fazer esse contraponto da história, o senhor tem razão, o que foi mostrado aqui são coisas, realmente boas, coisas que a gente tem certeza que vem acontecendo. Porém, é lógico que todos os setores do Governo precisam melhorar, apesar de que nós temos o entendimento, lógico que neste Governo, nesses 4 anos e meio de Governo Cassol, as coisas realmente, vieram a acontecer. Eu me lembro assim, quando nós assumimos o Governo do Estado de Rondônia e hoje eu respondo algumas ações civis públicas, tenho sempre dito aqui, que é exatamente por ter que fazer, tomar algumas ações que se faziam necessários para nós evitarmos que as coisas viessem a acontecer, viessem pessoas a morrer. Eu estou dizendo isso porque me lembro que na época o Coronel Dionísio era Comandante do Corpo de Bombeiros e nem papel, nem caneta sequer tinha lá no Corpo de Bombeiros e eu era obrigado, muitas vezes, como Secretário de Saúde, fazer essa ajuda ao Corpo de Bombeiros, bem como à Polícia Civil e outros órgãos.

st:Eu estava ouvindo atentamente a todas as colocações feitas pela Comandante da Polícia Militar, feitas pelo Secretário de Segurança, feitas pelo Corpo de Bombeiros, feitas pelo representante da Polícia Civil, e também, logicamente, pelo Dr. Daniel Lagos. E como o Dr. Daniel Lagos disse aqui que ia fazer aquele papel de advogado do diabo, eu concordo plenamente que realmente é muito difícil, mas discordo assim com algumas posições que o meritíssimo colocou na questão da polícia ostensiva. Eu, por exemplo, como cidadão normal, um cidadão que anda no dia-a-dia, que já fui assaltado duas, três vezes, eu vejo a polícia ostensiva não como uma política, vamos dizer assim, de efeito politiquieiro. Eu vejo a polícia ostensiva, o policial na rua, como uma forma de, no mínimo, inibir aquele bandido que está passando naquela rua, pensando em roubar a outra rua, ou assaltar. Por quê? Porque ele está vendo o policial ali na rua, automaticamente ele já vai se inibir com isso. Por outro lado, eu via as colocações também do Juiz Daniel, o que ele falou do que vem ocorrendo com a Polícia Federal, com as prisões, que eu já disse aqui nesta Tribuna, prisões que eu considero espetaculosas. A exemplo do que aconteceu aqui no Estado de Rondônia, e já se tem esse exemplo aqui, onde nós vimos autoridades, não vou nem defender alguns Deputados que foram presos na época, mas defender pessoas que conhecemos a história deles, como é o caso do Presidente do Tribunal de Justiça, do Promotor Sebastião Teixeira que foi vítima. Como citei também o caso, na época da prisão do hoje Deputado Federal Amorim, onde foi feita uma prisão, que até que prove ao contrário, foi feita uma prisão política, em detrimento de uma eleição que estava havendo naquele momento. E é a melhor, a forma mais fácil para fazer, para se ganhar eleição de um grupo político, seria prendendo o pai da nossa hoje Deputada Daniela Amorim.

Então, realmente, eu sou contra isso até por que, quando você vai analisar, se faz a prisão, se acaba com a vida

familiar, profissional, financeira e moral de qualquer cidadão, quando ele é pego desprevenido e vai preso, vai algemado, é mostrado a nível nacional, a nível internacional e depois a Polícia Federal não tem como provar nada contra esse cidadão, e esse cidadão fica totalmente deprimido.

O que aconteceu também com o nosso colega também, ex-chefe da Casa Civil, eu disse aqui também, o nosso amigo Carlos Magno que foi uma vítima também disso.

Por questões políticas, prenderam o Carlos Magno e até hoje não conseguiram provar nada contra ele. O nosso companheiro poderia ser o vice-governador e não é o vice-governador do Estado de Rondônia. O Estado perdeu com isso, apesar de nós termos um grande companheiro como o vice-governador. Mas, com certeza, o Estado perdeu, caso tivesse o Carlos Magno como o nosso vice-governador.

A Academia de Polícia, outro ponto positivo, colocado pelo nosso Juiz Daniel Lagos, eu concordo plenamente. As academias hoje, Secretário, elas poderiam muito bem ser aproveitadas não só reciclar os policiais não, mas poderiam ser aproveitadas pelo próprio Governador, Dr. Daniel, para fazer a reciclagem em outros setores que não seja só da Segurança Pública, o pessoal da Saúde, da Educação, enfim, de vários setores que vemos, com essa necessidade.

Na questão da SEVIC, do serviço de investigação, também concordo. Eu acho que precisa ser visto com mais carinho sim, por parte da Secretaria, mas é muito difícil quando se fala em segurança pública. Vemos às vezes, você falar em Secretaria de Educação, por exemplo. A Secretaria de Educação, vamos supor, que ela comece com dez mil alunos, vai com dez mil alunos, a tendência é cair o número de alunos. Então é previsível que se tenha uma educação, que se programe uma educação, que é diferente na Segurança Pública, é diferente na Saúde. Quem vai prever que alguém aqui estará passando mal daqui a pouquinho e vai precisar de um leito no hospital? Não tem como se prever. Quem pode prever, Dr. Daniel, que quando um de nós sair daqui, um Cabo esculhamba com você ali na porta, você dá um murro na cara do cara, ou dá um tiro, quem vai prever isso? Ninguém pode prever. Então eu tenho o entendimento que a Segurança Pública é muito imprevisível. Não dá para comparar a Segurança Pública nem com a Saúde, porque a Saúde tem um trabalho preventivo, já tem a prevenção da malária, tem a prevenção da AIDS, tem uma série de prevenções, e a Segurança não tem como prever, é muito complicado. Por isso que eu digo, doutor, que realmente essas audiências públicas são importantes.

Outro fator também, que foi colocado aqui pelo representante do nosso Judiciário, é no que diz respeito à falta de investimento. Eu não quero, em hipótese alguma aqui, questionar isso. Eu acho que tem que ter o investimento e acho também, como disse V.Ex<sup>a</sup>., que é obrigação do Estado e é obrigação dessa Casa de Leis. Mas, mais obrigação ainda é também do Poder Judiciário. Porque não adianta nada o Executivo economizar, não adianta nada o Legislativo economizar se essa economia também não vier do Poder Judiciário. Então nós temos que colocar tudo no mesmo lugar, tanto o Poder Executivo, quanto o Poder Judiciário como o Poder Legislativo. Porque se nós formos fazer uma análise financeira de quanto vai para o Judiciário e quanto vai para o Legislativo, Tribunal de Contas e Ministério Público você vai ver uma grande diferença entre um Poder e outro Poder.

Mas, resumindo, eu acho que estão de parabéns todos os integrantes da Secretaria de Segurança Pública. Tanto o Corpo de Bombeiros como Polícia Civil, como Polícia Militar, e também, acima de tudo, as colocações do Dr. Daniel que serviram realmente para dar uma contrabalanceada a esta discussão.

Acho também que é um papel nosso, convocarmos aqui, Dr. Alexandre, outras Secretarias para virem aqui explicar. Foi muito bonito aquilo que houve na questão das usinas, a explanação que houve aqui pelo pessoal da Odebrecht e outros setores, como está sendo muito bem feita agora esta Audiência Pública. Mas eu acho que nós temos que trabalhar mais a questão da Saúde, a questão da Educação, a questão das obras, a questão das estradas, enfim, da administração do Estado, das reivindicações dos servidores públicos estaduais que estão ocorrendo aí.

Então esse é o nosso papel, de realmente defender aquilo que a gente achar que é interessante. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre)** – Agradeço as sábias palavras do nobre Deputado Miguel Sena. O Deputado Wilber Coimbra encontra-se.

Vou convidar então, passar a palavra para o senhor Paulo César Fontes, Coronel da Reserva, que vai fazer algumas explicações também a respeito da Segurança Pública. Corrija-me se estiver errado, o senhor é consultor da Segurança Pública do Estado de Rondônia, agora?

**O SR. CEL. PAULO CÉSAR FONTES** – Perfeito. Nós trabalhamos já em alguns Estados: Pernambuco, Ceará, Amazonas, Acre. Nós estivemos fazendo uma série de trabalhos no Maranhão e agora estamos chegando aqui. Graças a Deus, depois de um bom tempo, em Rondônia. Porque quando falamos em Segurança existe aquela crítica muito grande do famoso trio parada dura, que o pessoal fala: "arma, colete e viaturas", que são importantes, mas não basta isso. E, com a visão desse Governo, nós estivemos já conversando com o Governador e ele se empolgou bastante com o trabalho que a Secretaria aqui se propôs para Rondônia, um trabalho que vai, vamos dizer assim, se valer bastante da inteligência para direcionar o recurso empregado. A gente diz sempre: polícia de primeiro mundo que tem muitos recursos sobrando, se vale disso. Nós que temos menos recurso, temos que sermos mais especialistas no emprego direcionado dos recursos. Nós estamos intitulado, inicialmente, como Projeto Revitalização da Segurança Pública. O importante é que se tenha em mente, que o objetivo principal é redução e controle da criminalidade. Porque nós conversamos muito a respeito de equipamento, de tudo, e a gente está agora se esforçando em trabalhar direcionado para isso, o emprego, por objetivo no aparato de segurança pública baseado no conhecimento gerado a partir do tratamento de informações, porque é uma evolução. Inicialmente pensou-se em criar banco de dados. Então o Brasil todo, o mundo todo começou a criar bancos de dados na área de Segurança Pública e depois descobriu que banco de dados é uma coisa que está lá guardadinha e não fala nada, não reage. Então precisa fazer o quê? Um tratamento da informação para transformar dados em conhecimento, para se tomar decisão. Nós trabalhamos com essa visão e essa visão envolve, ela transcende, logicamente, o aparato de segurança pública, entra na área

da comunidade porque o crime se mantém pelas oportunidades de baixo risco e alto lucro. Então nós temos que estudar como fazer para reduzir as oportunidades, como aumentar o risco do marginal e como reduzir o lucro. Um exemplo, o assalto a banco, que nos índices de 70, 80, ocorria diariamente nas grandes cidades, praticamente reduziu a nada porque, com a implantação de portas detectoras de metal, aumentou o risco do bandido ser preso ao entrar com a arma no local e na medida em que eu tiro o dinheiro do banco eu reduzo o lucro dele, já não se tem tanto dinheiro mais no banco. Quando trabalhamos com a comunidade orientando a comunidade a não deixar a chave embaixo do tapete, nós estamos reduzindo o lucro do marginal. Quando dizemos: olha, no centro da cidade, não fique telefonando na rua, entra num ônibus lotado, não entra com a bolsa atrás porque eles vão cortar a sua bolsa e tirar o dinheiro. Tudo isso é trabalho focado para aumentar o risco do marginal e reduzir o lucro. E, um exemplo específico da integração é identificar o elo mais fraco de uma cadeia. Eu cito o exemplo da prostituição infantil de Conselheiro Aguiar, lá em Pernambuco, em Recife, em que se der para a PM resolver, ela vai querer prender a prostituta, se falar com a Polícia Civil vai fazer o flagrante no turista, enquanto está fazendo o flagrante no turista a prostituta está lá de novo na rua. E é um problema que eu chamo deprimente, mas se a gente entender que o bandido tem comando único e nós, que somos o lado do bem, somos todos fracionados, a Polícia Civil não se entende com a PM, que não se entende com a guarda municipal, que não se dá bem com a guarda noturna, ou seja, é todo um racha, internamente nós já temos problemas. Na medida em que eu tenho uma cidade e eu tenho um frequência de rádio, a rua do lado de lá, o bairro do lado de lá é outra frequência, o bandidinho assalta aqui e vai pra lá e ele não vai ser perseguido mais lá. Isso é comum em cidades, por exemplo, como Recife, São Paulo, que ele rouba um veículo aqui, atravessa uma rua e já está em Osasco, por exemplo, em Santo André, Jaboatão, Olinda e ali é outra polícia, é outro mundo e ele se vale das nossas fraquezas.

Nós temos problemas como, o bandido estuda a gente, nós não estudamos muito o bandido. Nós paramos, por exemplo, para trocar a guarnição, que maravilha, todo mundo troca meia hora antes e ninguém vai pegar ocorrência alguma, nessa hora nós paramos e o bandidinho aumenta a produção dele. Então, identificando o elo mais fraco, só por curiosidade, às vezes, o elo mais fraco não está na prostituta nem no..., e entendendo como lucro, como uma atividade comercial, quem é que lucra com isso? É o comerciante, é o agenciador, é a própria prostituta, é o dono do bar, é o dono da gafeira, é o dono do..., o taxista. Ora, vamos supor que eu identifique que o elo mais fraco é o dono do hotelzinho, que poder que a PM tem sobre o hotel? Nenhum. E a Polícia Civil? Nenhum. Quem tem poder sobre aqueles hotéis? O uso de ocupação do solo é da prefeitura. Ora, então nós temos que integrar as nossas forças para facilitar o trabalho e com isso, logicamente, nós chegamos lá: c:cadê o seu alvará? Não tem? Vamos fechar. E a gente quebra o negócio da pessoa. Se eu chego hoje com 80 celulares para um receptor e ele fala para mim: olha, só me dê 40. Amanhã eu reduzo pela metade a minha produção na rua, ou seja, vou roubar muito menos, com uma ação num determinado ponto da cadeia. Quer dizer, precisa trabalhar lá enxugando gelo, sim, mas não é só enxugando gelo, nós temos

que entender todo esse processo. Aqui é só um dado interessante que nós vamos nos valer para fazer os estudos.

Aqui a gente fala, essa revitalização passa pela reestruturação organizacional, operacional, investimento. Então vamos entrar na área operacional. Essa área operacional nós dividimos praticamente em quatro grandes ou cinco grandes itens. Nos estudos que nós temos feito aí nas polícias do mundo, tirando marketing de muitas polícias, principalmente a americana, a gente reduziu a esses pontos que são essenciais e fundamentais para que a polícia tenha sucesso. Um deles é ter área compatível, PM e Polícia Civil, aqui, graças a Deus, o trabalho já está bem adiantado, já houve um avanço muito grande. Então mostra que a polícia aqui está no caminho certo. Então, na verdade, o que pretendemos é ter uma área de Porto Velho, por exemplo, com quatro circunscrições, quatro companhias, quatro delegacias. Para citar um exemplo, a medida é uma unidade policial para cada 100 mil habitantes. Nós temos cidades aqui no Brasil, como Vitória no Espírito Santo, que é violentíssima, ela tem 6 delegacias, quando caberia só 3. No entanto, na hora que o cidadão mais precisa da polícia, que é das 18 horas até à meia-noite, às 6 horas fecham 5, fica 1 só aberta. Então não tem sentido ter 6. É o que está sendo feito aqui na Secretaria com 4, mas 4 atendendo o cidadão durante 24 horas. O importante é que são feitos os critérios baseados no setor, sem citar o IBGE, a população fixa e fluente, tudo isso para que não se estude apenas o crime, mas o que existe no entorno do crime, a questão social, a questão de idade, escolaridade.

Bom, a outra questão é geração do conhecimento. A partir do momento que a gente tem a área definida, nós temos que ter conhecimento para trabalhar. E eu queria aproveitar nessa geração do conhecimento para apresentar o INFOPOL que está sendo implementado aqui, que é uma ferramenta de primeiríssimo mundo. Então, logicamente, a geração do conhecimento, transformar dado em conhecimento para quê? Para direcionar o emprego do recurso. Só como curiosidade, 44% do crime de São Paulo acontece em 1% de rua, precisa identificar qual é esse 1% para que façamos um trabalho direcionado. Então, aqui, nós temos as fontes de conhecimento, uma delas é o INFOPOL, vamos entrar no INFOPOL que é o instrumento que foi adquirido aqui pela Secretaria de Segurança Pública. Então ela, na verdade, tem o boletim eletrônico. Ou seja, o cidadão vai fazer uma ocorrência agora nas delegacias, quando forem implementadas, e essa ocorrência, como é feita em ambiente de internet, já estará disponível para qualquer policial em qualquer parte do mundo que ele estiver. Então esse aqui é o modelo da entrada do boletim, o policial vai escrever o mínimo possível para errar pouco, clica, arrasta e solta, o cidadão já recebe o boletim na hora, evidentemente. Nós temos o boletim completo que é para a polícia e o boletim simples que o cidadão recebe.

Delegacia Interativa, essa aqui facilita a vida do cidadão na medida em que ele faz o boletim de ocorrência na casa dele. A outra forma que nós temos é o inquérito policial informatizado; isso aqui é um instrumento bastante interessante porque nós passamos a ter um controle total sobre os inquéritos policiais, o controle que a gente fala, principalmente com relação aos prazos. Bom, o boletim único em formulário é para que, tanto a PM quanto a Polícia Civil, alimentem o mesmo banco de dados. Bom, uma vez coletadas essas informações, como que elas são demonstradas? Vamos lá, análise matricial, como que nós vamos enxergar essa informação? Através de tabelas, gráficos e análise espacial. Veja só que isso aqui é WEB, ou seja, ele acabou de preencher o boletim de ocorrência, a ocorrência está no mapa. E um detalhe importante, isso daqui não é desenho, isso é banco de dados. Então nós vamos pegar esse pontinho aqui, só para demonstrar um homicídio, é esse homicídio aqui. Então veja que ele não é um desenho, é um homicídio, está aqui. E daqui eu já imprimo o boletim de ocorrência. Então do próprio mapa eu já chego no

boletim de ocorrência. A estatística mapeada tem o objetivo de fazer por tema de cores, por exemplo, essa região está ruim por conta desse pedacinho, por conta desse bairro. Então, eu consigo ir focando onde está o meu problema, tudo isso em tempo real. Análise distribuída. Isso aqui é para quebrar aquele mito que se fala, o crime migra. Então, nos mesmos moldes do homem do tempo, nós vamos enxergar como se fosse uma nuvem para ver onde está a migração e a migração muitas vezes é no tempo, outras vezes é no espaço. No caso do roubo, por exemplo, é no espaço, ele muda de um lugar para o outro; do homicídio é no tempo, por isso que nós caminhamos também com o tempo.

Monitoramento de crise em tempo real isso aqui é extremamente importante, por quê? Porque nós podemos marcar um determinado local e em tempo real. Por exemplo, o carnaval; eu não preciso esperar quarta-feira para descobrir como é que foi o carnaval. Na própria sexta-feira ou no sábado, eu já identifico os problemas. Então, toda ocorrência que acontecer nesse raio aqui, que nós marcamos aqui de 400 metros, deve ter sido, nesse raio aqui, todas as ocorrências que acontecerem elas vão sendo listadas. Então está aqui, todas essas ocorrências, são 83 roubos num raio de 400 metros. Então, isso eu posso corrigir em tempo real, não precisa se esperar o dia seguinte. É algumas informações só, que a gente quer passar, só como conhecimento, sobre, por exemplo, nós temos em Manaus em 57 bairros, 36% total de furtos em residências acontecem só em 3 bairros. Ora, para que eu tenho que ficar me preocupando com os 57? Agora, com os 3 eu tenho que dar atenção especial, e pasmem, e não são bairros ricos, não, são bairros pobres, estão furtando botijão de gás, roupas. Aqui, chegam os números impressionantes, cada duas residências por ano, uma vai ser furtada, olha que grau que chega. Agora vamos olhar para o lado de polícia. Na medida em que eu tenho toda essa informação, eu não vou dispersar recursos, vou direcionar recursos para resolver os problemas. Uma coisa importante que a gente fala muito, é sobre a polícia reativa, a nossa polícia ainda é reativa. Com esse instrumento aqui nós podemos transformar em polícia pró-ativa. Ou seja, por melhor que eu tenha um centro de operações, um SEOPS atendendo, quando alguém liga para o 190 o crime já aconteceu. Polícia Militar ou Polícia, a emergência: 'olha, me aconteceu um roubo', pronto, já foi roubado. O objetivo disso aqui é para que esses dados e esse estudo possam direcionar o emprego do recurso nosso para que ele nem ligue para 190. Agora, uma vez que ligou, com certeza, ele deverá ser atendido. Bom, nós temos que trabalhar também com isso; é o segredo do trabalho, fortalecimento da Polícia Territorial. A tendência nacional nossa, no Brasil, é criar especializada, quando nós temos que fortalecer a polícia do território, é o Delegado de Polícia, é o comandante territorial que tem que resolver todos os problemas dele. Por exemplo, vamos fazer uma ação de homicídio: - opa, homicídio não é comigo'; vamos fazer uma ação de menor: - não, menor não é comigo; furto de fio de cobre: - também não é comigo; falsa empregada doméstica: - não é comigo. Por quê? Porque nós pulverizamos muito. Integração com outros órgãos, nós ficamos felizes com a citação do nobre Presidente da Casa, quando falou sobre, realmente, a questão da integração, principalmente com a comunidade. Então, uma das preocupações nossas, aqui, é eu trabalhar com o conselho comunitário e segurança em cada uma das circunscrições, onde o comandante e o delegado são membros natos, e o presidente é uma pessoa da comunidade; que vai discutir essa segurança com eles, além do GGI, que é o Gabinete de Gestão Integrada, que discute a questão de segurança.

E por fim, sim, a polícia trabalhar com metas e resultados. Ora, se eu tenho aquela concentração de crimes, um dos bairros mais terríveis, vamos citar de Manaus que é mais recente, Jorge Teixeira, que é até um nome conhecido aqui. Nesse bairro, Jorge Teixeira, que é um dos mais críticos, 12 ruas do Jorge Teixeira respondem por 40% do crime. Ora, é lá que nós vamos trabalhar.



Como? Estabelecendo metas e depois fazendo cobrança pública de resultado. Em Manaus nós vamos fazer com a comunidade a cobrança, aqui, com certeza, não deverá ser muito diferente disso. Isso aqui nós já estamos fazendo, o que está sendo falado aqui não é futuro. A compatibilização já começou, a normalização, das estatísticas também já começaram, o diagnóstico operacional também já começou a ser feito e a Fundação já está implementando, instalando o software do INFOPOL aqui. Então é questão de poucos meses, nós já vamos chegar aqui e apresentar ocorrências da própria Porto Velho aqui no sistema. O crime pode ter aumentado, o que não pode deixar de haver é um plano para seu combate. O Bratton, chefe de polícia americano falava muito isso, não é ilegal, não é imoral, dá resultado? Faça. Então, eu gostaria de agradecer. Meu objetivo aqui era mais apresentar, que as coisas não estão na fase do discurso.

O Governo do Estado aqui já investiu, já adquiriu e está sendo implementado o que nós temos de mais moderno em tecnologia. Eu estou falando com um pouco de propriedade porque eu tenho caminhado muito por este País e recentemente eu estive com uma pessoa, um holandês, ele estava dizendo que a esposa dele estava fazendo boletim de ocorrência, era no papel, na mão ainda, na Holanda. Eu conheço o sistema de Chicago, eu conheço o sistema de Nova York, de Los Angeles, estão longe de um sistema como esse que foi adquirido por Rondônia. O que nós precisamos agora, é de muito treinamento. Não adianta equipamento, equipamento tem bastante sistema de prateleira, e aqui nós estamos dispostos a fazer bastantes treinamentos com o policial para poder trazê-los, aproximá-los da tecnologia.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre)** – Agradeço as explicações do senhor Paulo César Fontes. Como não existem mais inscritos eu deixo a palavra aberta.

Deputado Wilber Coimbra, é que V. Ex<sup>a</sup>. não estava aqui no momento em que foi convocado, mas eu jamais deixaria de permitir que os seus conhecimentos sejam expostos aqui aos colegas.

Permitam então que possa usar a palavra pelo tempo de cinco minutos, o ilustre Deputado Wilber Coimbra.

**O SR. WILBER COIMBRA** – Eu na verdade, Presidente Deputado Dr. Alexandre, que preside esta Audiência Pública, eu gostaria de parabenizá-lo pela iniciativa e permitir, pedir permissão a V. Ex<sup>a</sup>. para, em nome da Comandante Geral, eu falo assim com muito carinho, minha sempre Comandante, porque eu sou do quadro da Polícia Militar e que muito me orgulha e o que me fez chegar a esta Casa, eu não poderia deixar de, assim como o Dr. Daniel Lagos falou que, eu sei que foi apenas uma força de expressão, disse que faria o papel de advogado e eu quero aqui fazer o papel de advogado da Polícia Militar, do Bombeiro e, se permitir, Dr. Pizzano e Dr. Morio, também da Polícia Civil. E dizer que tudo isso que foi falado aqui, obviamente, a gente sabe que a Polícia Militar e a Polícia Civil, o nosso Corpo de Bombeiros não têm medido esforços, no que pese, às vezes, o incipiente recurso destinado, como falou, com muita propriedade, o Dr. Daniel, que é manejado para o aparato de Segurança Pública, mas nós sabemos que é característica da Polícia Militar, é característica do Bombeiro e dos nossos companheiros da Polícia Civil; utilizar de meios de fortuna, para levar a segurança tão almejada pela nossa sociedade rondoniense. Dado este fato social, que é o crime que vem ganhando proporções inimagináveis, o crime que estão organizado, e eu vejo a lucidez do Coronel que é consultor de segurança pública em falar da organização que se está fazendo neste Estado para o bom combate à criminalidade. Eu quero aqui, na verdade, Deputado Neodi, é enaltecer o trabalho que este sistema estadual de Segurança Pública, que o nosso Estado tem feito. O Coronel

Sena, que na gestão do atual Governador, que nós sabemos que um problema de questões antropológicas, questões que nascem com o ser humano, mas nós sabemos que neste Governo, o atual governo, o Governo Ivo Cassol tem feito esforços, eu diria que imensuráveis para tentar inibir e combater a criminalidade que cresce, a cada dia crescendo, sabemos disso. Mas o Governo tem feito a sua parte. E tem contado, Dr. Daniel, com toda a dificuldade de que nós temos. Segurança Pública, lamentavelmente parece que nós temos os nossos homens públicos, vêem a segurança pública como algo que não arregimenta votos e alguém costuma dizer que quando as pessoas estão em perigo lembram de duas pessoas, de Deus e das polícias. E quando o perigo passa, esquecem de Deus e amaldiçoam as polícias.

Nós sabemos que polícia, quando está perto incomoda, e quando está longe faz falta.

Mas o que eu quero dizer, nesta oportunidade, é que o Estado surgiu em razão da segurança. Se nós nos reportarmos às questões históricas, quando os senhores feudais, a guisa, obviamente, de uma grande sabedoria, de fortalecer o seu poderio, já havia o poderio econômico, agora com o poderio político, ofereceu a seus administrados segurança, em troca de uma parcela da soberania a seus administrados. Daí surgiu, o Estado, surgiu, eu penso que, primordialmente, para prestar segurança. Pode-se querer privatizar aqueles que defendem as privatizações, podem privatizar tudo, pode privatizar, como foram privatizadas as telecomunicações, as teles, que entendo que é algo de estratégico para uma Nação, mas outros entendem que deve ser privatizada, assim como foi. Se privatiza tudo neste País. Mas eu entendo que a última coisa que não se deve privatizar, até por que justifica a razão do próprio Estado, é a questão de Segurança Pública. Segurança Pública que, no meu sentir, versa, está imanente ligada à questão a vida, à questão da liberdade e à questão do patrimônio, onde os povos romanos, observamos na capitulação do nosso Código Penal, que na verdade eu diria que é uma compilação dos Editos Romanos, é uma compilação da "cultura jurídica romana", se valorizou muito a questão patrimonial. Então a gente vê que a questão de segurança pública é uma questão de Estado, é uma questão de Estado. Tudo que acontece quando falha na educação primordialmente, falha em todos os demais seguimentos do Estado, deságua na Segurança Pública e lamentavelmente, Dr. Daniel me parece que os nossos governantes ainda não se aperceberam que é muito mais fácil e é muito mais econômico fazer a segurança preventiva. Porque, uma vez quando que o crime acontece, se nós falarmos no que concerne à incolumidade das pessoas, vai desaguar na saúde e custa caro fazer saúde em toda a parte do mundo e aqui em Rondônia não é diferente. Nós temos testemunhado, Dr. Daniel, é característica ímpar dos nossos polícias militares, dos nossos bombeiros, dos nossos companheiros da Polícia Civil, esse desdobramento em que pese toda incipiência de recursos, mas se tem feito muito. Entendo eu, enquanto não se levar segurança pública como uma questão estratégica de Estado, enquanto não se considerar segurança pública como uma questão de sobrevivência do próprio Estado, nós estamos fadados ao caos. Vemos e podemos ter como exemplo a questão da educação, que a força criou-se um repasse constitucional, com índice percentual definido para a questão da Saúde. Da mesma sorte socorreu a questão da educação. E eu penso que também se faz necessário que nós tenhamos, o aparato de segurança pública tenha uma fatia constitucional do bolo da receita estadual, da receita de Estado para se fazer segurança pública. Segurança pública custa muito caro e, lamentavelmente, nós temos testemunhado, hoje, no que concerne à Polícia Militar, ao Bombeiro e também aos meus irmãos da Polícia Civil, é difícil fazer segurança pública sem autonomia, sem autonomia financeira. Nós temos testemunhado que, no mais das vezes, que quando o Comando de nossas corporações militares, e neste particular, especialmente da Polícia Militar, quando quer desencadear uma operação, visando, quer seja uma reintegração de posse, quer seja uma operação repressiva, preventiva, que demande custo, porque tudo demanda custo operacional. Por conta de nós não termos autonomia, ou pelo menos, em última análise, a ser autonomia financeira, as informações vazam e quando tem que se dar uma resposta imediata, porque o crime está aí e é muito bem organizado, nós observamos que nós ficamos ainda a marcar passos porque nós não temos

condições operacionais, nós não temos condições de fazer segurança pública sem dinheiro. Nós observamos que lá na Educação, eu sempre tento fazer este paralelo, e aqui não é um demérito, é uma conquista, e eu aqui quero me congratular com o pessoal da Educação, que um simples diretor de escola, lá em Cabixi, que dirige quatro professores e dois zeladores, e tem sessenta alunos, ele é ordenador de despesas, quando da necessidade de uma demanda que surge, ele já tem ali, incontinentemente, ou seja, sem demora, todo um aparato para estar atendendo aquela demanda. Aqui, na Segurança Pública, a coisa reclama uma celeridade muito maior, lamentavelmente nós emperramos nos trâmites da burocracia que emperra e não faz funcionar a nossa Segurança Pública. Não faz funcionar porque nós não temos recursos, e aí, para uma simples reposição de uma peça, Sr. Presidente Deputado Neodi, de uma viatura que está lá, está abaixada, sem condições de trafegabilidade; um pneu que está como a minha calvície, muito careca, nós não temos condições, colocamos em risco o nosso policial que está ali no combate da criminalidade, colocamos em risco a incolumidade física da sociedade, dizendo que nós estamos prestando segurança pública, quando, na verdade, estamos fazendo de conta que prestamos segurança pública, e aí, o crime acontece, quando nós poderíamos dar resposta mais célere para a comunidade. Então, não podemos, é muito bonito, eu penso que filosoficamente fica muito bem no discurso falarmos de tudo que nós queremos implantar, que nós almejamos, entendo que é necessário fazê-lo. Mas, obviamente que não podemos descuidar, que tudo isso gera custo, gera uma organização que esteja pronta para debelar todo esse aparato organizado aí pelo crime, que realmente faz chacota do nosso aparato de segurança pública. É necessário que o Poder Público também valorize o maior patrimônio, Dr. Daniel, que toda instituição tem, qualquer outro segmento tem, que é o patrimônio, que é o patrimônio recurso humano, que é o patrimônio homem, o homem e a mulher que faz segurança pública. Nós compreendemos que a última coisa que se pode dar ao homem para que ele tenha dignidade é dinheiro, a última coisa que se deve fazer para que alguém tenha dignidade, mas o policial militar, o bombeiro militar, para prestar segurança pública, no mínimo, ele tem que ter segurança para si e para os seus familiares. E falando em segurança, eu também quero falar em segurança alimentar, é necessário que este agente do aparato de segurança pública, ele, para prestar efetivamente a segurança pública, o seu familiar tem que ter segurança alimentar e segurança alimentar, senhor major, eu penso que é ter realmente comida na panela, é ter dignidade, é ter dignidade, morando em condições dignas, porque não é razoável e afronta o princípio da razoabilidade um policial militar que coloca o seu uniforme, está identificado, alvo fácil para o agente delinqüente, ele morar lá nos bolsões de miséria. E aí ele prende, por conta da nossa legislação, quando é caso de um termo circunstanciado, ele que está num turno, via de regra, de 12 horas de serviço, um serviço diga-se de passagem, estressante, desgastante, mas isso nós entendemos que abraçamos essa carreira, é um sacerdócio, é um ministério que nós estamos a desenvolver. Mas nós também não podemos descuidar que nós somos dotados de todas as demais características da raça humana, e ao prendermos esse cidadão infrator e ao levarmos para autoridade judiciária, em caso de termo circunstanciado, ao final de turno de serviço, quando o agente aplicador da lei volta para casa, lá no bolsão de miséria, ele já encontra de volta aquele delinqüente que ele prendeu, porque ele se livrou solto no caso do TC, que é o termo circunstanciado. E aí como é que esse agente de segurança pública, faço essa indagação, como ele, com quais condições psicológicas ele poderá efetivamente prestar o serviço de segurança pública, quando ele não tem, quando a sua família está a mercê do próprio crime, refém do próprio crime. Então, é necessário que se faça essa reflexão de uma forma conjuntural e não de uma forma textual e a forma conjuntural, entendo eu que o que existe de mais importante, o que existe de mais importante nas instituições não é a Polícia Militar, não é o Bombeiro Militar, não é a Polícia Civil, neste particular falando do aparato de segurança pública, mas antes de tudo, entendo eu que é o homem que dá ânimo, que anima essas instituições. Não há de se falar nessas instituições apenas representadas pelo Palácio de Mármore, que é o nosso comando geral, que é o aspecto eminentemente material, físico, que caracteriza...

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre)** - Suas considerações finais nobre Parlamentar, o senhor já passou muito dos meus cinco minutos.

**O SR. WILBER COIMBRA** – Para concluir senhor Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre)** – Obrigado.

**O SR. WILBER COIMBRA** – Que caracteriza, na verdade, o prédio das nossas instituições. Nós temos que trabalhar também o homem, para que esse homem esteja motivado, para que esse homem efetivamente se sintam como algo importante em todo esse contexto. Então, senhor Presidente, agradecendo a sua sempre paciência, eu penso que essa análise tem que se fazer a partir do homem, a partir do homem em que pese, e aqui mais uma vez parabenizando todos os investimentos nunca vistos, talvez, na história recente de Rondônia, que o atual governo vem fazendo através de S. Ex<sup>a</sup>., meu dileto amigo, Secretário de Segurança Pública, Tenente Coronel Sena, da minha sempre Comandante Geral, Cel. Angelina, Dr. Morio, de todos enfim, que aqui estão juntamente com o Cel. Nunes, que têm realmente feito, o Dr. Pizzano, meu irmão em Cristo, Cel. Maciel, que tem feito de tudo para levar o mínimo de paz social. Com essas palavras me despeço e agradeço a todos.

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre)** – Agradeço as palavras do nobre Deputado Wilber Coimbra, defensor ferrenho dos amigos da polícia. Passemos às considerações finais, se mais alguém tiver alguma consideração ou alguma pergunta a esta Mesa? Bom, como ninguém se manifestou vamos então dar encaminhamentos finais a nossa Audiência Pública. Eu acho muito importante que fique registrado aqui, e eu até solicito a discussão dos membros presentes nesta Audiência Pública, gostaria muito que ficasse então definido um fórum semestral sobre Segurança Pública. Esta Audiência, hoje, foi o pontapé inicial, eu gostaria que apimentasse um pouco mais as discussões, mas até pelo adiantar da hora parece que estamos todos um pouco cansados. Mas então eu gostaria de definir um calendário semestral, se assim todos concordarem, onde a gente vai mantendo as informações mais em dia, mas não em forma de Audiência Pública. Em forma de um fórum, onde faça uma mesa redonda aonde consigamos realmente fazer debates mais acalorados, aonde tragamos, desses fóruns, ações um pouco mais concretas para que consigamos melhorar um pouquinho a vida do cidadão de Rondônia, se assim concordarem. Presidente Neodi, o que V. Ex<sup>a</sup>. acha da idéia? Perfeita.

Então faremos um calendário semestral aonde haverá um fórum. Nada tendo mais a declarar, invocando a proteção de Deus, declaro encerrada esta Audiência Pública.

**(Encerra-se esta Audiência Pública às 12 horas e 13 minutos)**

#### ATOS DIVERSOS

**ATO/ADM/GP/Nº 2314/2007**

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais, resolve:

#### LOTAR

**MAX SEBASTIAO BARBOSA**, cadastro nº 0145-4, pertencente ao Quadro de Servidores da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia para desenvolver suas atividades no Gabinete do Deputado Jesualdo Pires, a partir de 1º de julho de 2007.

Porto Velho, 03 de julho de 2007.

**- Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira - Presidente**

**ATO/ADM/GP/Nº 2317/2007**

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais, resolve:

**LOTAR**

**TELMA SANTOS DA CRUZ**, cadastro nº 0138, pertencente ao Quadro de Servidores da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia para desenvolver suas atividades na Advocacia Geral, a partir de 1º de julho de 2007.

Porto Velho, 03 de julho de 2007.

**- Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira -  
Presidente**

**ATO/ADM/GP/Nº 2318/2007**

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais, resolve:

**LOTAR**

**JOSÉ AILTON MAGALHÃES**, cadastro nº.900-0, pertencente ao Quadro de Servidores da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia para desenvolver suas atividades no Gabinete do Deputado Alexandre Pires, a partir de 1º de julho de 2007.

Porto Velho, 03 de julho de 2007.

**- Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira -  
Presidente**

**ATO/ADM/GP/Nº 2319/2007**

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais, resolve:

**LOTAR**

**RAIMUNDO RODRIGUES DA SILVA**, cadastro nº 567-0, pertencente ao Quadro de Servidores da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia para desenvolver suas atividades na Assessoria da Mesa Diretora, a partir de 1º de julho de 2007.

Porto Velho, 03 de julho de 2007.

**- Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira -  
Presidente**

**ATO/ADM/GP/Nº2249/2007**

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições, e, nos termos do Artigo 10, Lei Complementar nº 326, de 10 de novembro de 2005.

Considerando os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 37 da Constituição Federal;

Considerando os ajustes previstos na Seção II, Sub-Seção I, do Capítulo IV, da Lei Complementar nº. 101/00, de 04 de maio de 2001 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que trata das despesas com pessoal;

Considerando a necessidade de ajustes das despesas de pessoal a realidade orçamentária da ALE, para o exercício de 2007, bem como da Lei de Diretrizes Orçamentárias e Legislações vigentes.

**RESOLVE:**

Exonerar a partir de 01 de julho de 2007, os 63 (sessenta e três) servidores, que exercem Cargos de Provimento em Comissão, conforme relação anexa.

Porto Velho, 29 de junho de 2007.

**- Deputado Neodi Carlos Francisco de Oliveira -  
Presidente**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA  
ANEXO DO ATO / ADM / GP / Nº 2249/2007

Porto Velho, 29 de junho de 2007.

Ordem	Nome	Cadastro
1	Abenaél Machado de Lima	124760
2	Ademilde Dias Correia	127143
3	Alcides Batista dos Santos	127135
4	Alcides de Campos Brito	124330
5	Alvaro H. P. Chaves Junior	124636
6	Ana Cleia de Melo Dias	127044
7	Ana Lucia de Souza Brandão	123985
8	Ariana Boaventura Pereira	124793
9	Camila Vieira Alves	125022
10	Carlos Rolim Meireles	126905
11	Cesar Prisisnhuki Faria	124800
12	Cibele Elias de Souza	124818
13	Cleber Uchoa Pinto	124826
14	Cosme Vieira da Silva	126070
15	Damião Feitosa de Miranda	124834
16	Dimas Q. de Oliveira Junior	117020
17	Dionei de Souza Pereira	126088
18	Fabio Jose Vieira Morais	127185
19	Fernando Alan Renda	124660
20	Francisco E. Buriti de Sousa	124842
21	Hélio de Souza Pimentel	126195
22	Igor Pereira da Cruz	127200
23	Ivaneide Girão Lima	114877
24	Jacó de Lira Almeida	127218
25	Jane Elias da Silva	59891
26	Jean Carlos dos Santos	124868
27	Jefferson Dorigheto Bonifácio	125072
28	João Ciro Pinheiro de Andrade	127226
29	José Arimatéia da Fonseca Cassiano	126294
30	Jose Raimundo Onório	126921
31	José Rodrigues de Souza Santos	126310
32	Jose Wanderley Gomes de Souto	127052
33	Katiuscia dos Santos	124876
34	Lidia Vilhena de Amorim	127234
35	Luciane Gonçalves do Carmo	124503
36	Lucineia Ronconi	127060
37	Lucivone Maria de Oliveira	124735
38	Manoel Anízio Maia de Oliveira	127630
39	Marcia Aparecida Dias Morais	126947
40	Marcia Aparecida Pereira	24150
41	Marcos de Paulo Silva	126955
42	Maria da Conceição Lima	127242
43	Maria de F. R. de Oliveira	124892
44	Maria do Carmo Cunha de Souza	127086
45	Maria do Carmo Fernandes Leite	126963
46	Maria Joselma de Souza	124008
47	Mario Siqueira de Amorim Junior	126971
48	Milson Alves da Guia	61606
49	Nelson Gonçalves Toves de Castro	127250
50	Neiton Soares da Silva	7155
51	Nilton Klezer Bezerra de Araujo	1222
52	Ranieri Barbosa dos Reis	126418
53	Richard Ribeiro Coelho	126426
54	Rodrigo Batista Balcazar	127565
55	Ronaldo Barros Mesquita	126468
56	Rosmary Costa da Paixão	128960
57	Rosiney Araújo Reis	125650
58	Rubens da Silva	126448

59	Ueslei Costa da Conceição	126517
60	Vanessa Ola Lima	127268
61	Vera Lucia Brasil	127276
62	Wellington Carlos Gottardo	125676
63	Wellington Nascimento Moura	124933

**ATO Nº 003/GP-DF/2007**

Promove o remanejamento de dotações orçamentárias de elemento de despesa do orçamento, no exercício de 2007.

A Presidência da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida na Lei nº 1.698, de 01 de janeiro de 2007, artigo 6º, § 1º e artigo 7º, § 1º.

**R E S O L V E**

Art. 1º - Promover o remanejamento de dotações, para atender despesas de Pessoal, conforme discriminação no anexo Único.

Art. 2º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 de julho de 2007.

Porto Velho, 04 de julho de 2007.

**NEODI C. FRANCISCO DE OLIVEIRA**  
Presidente

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO****AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO**

A Comissão Permanente de Licitação da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, torna público o resultado da Licitação na modalidade Convite sob o nº 008/CPL/ALE-RO/2007, cuja abertura se deu no dia dezoito de abril de 2007 às onze horas conforme a seguir:

**ADJUDICATÁRIA:** A. A. DE CARVALHO & CIA LTDA – ME – CNPJ nº 04.943.236/0001-12.

**VALOR:** R\$ 26.630,64 (vinte e seis mil, seiscentos e trinta reais e sessenta e quatro centavos).

**PROCESSO:** 1227/2007

**OBJETO:** Aquisição de materiais de expediente e materiais de limpeza.

**INTERESSADO:** ALE/RO.

Porto Velho – RO, 29 de junho de 2007.

CREDITO SUPLEMENTAR	ANEXO ÚNICO			REDUZ
	ANEXO DO ATO Nº 003/GP-DF/2007 DE 04/07/2007			
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FNT	VALOR
	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA			
01.01.01122.1020.2063	REM.PESSOAL CIV.AATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	319011	100	1.000.000,00
		TOTAL		1.000.000,00
CREDITO SUPLEMENTAR	ANEXO ÚNICO			SUPLEMENTA
	ANEXO DO ATO Nº 003/GP-DF/2007 DE 04/07/2007			
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FNT	VALOR
	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA			
01.01.02122.1020.2063	REMUN.PESSOAL CIV.ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	319016	100	1.000.000,00
		TOTAL		1.000.000,00